

# Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 16 setembro 2003

## JUIZADO FEDERAL ITINERANTE: novos caminhos para a justiça



# Nova composição do TRF–1ª Região

## ATO N. 738 DE 04.09.2003

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o decidido nas sessões Plenárias dos dias 30/5/2003 e 21/8/2003, nos autos do Processo Administrativo nº 0712/2003-TRF e o que consta dos apensos nºs 2.189/2002, 4.398/2002, 1.116/2003 e 3.106/2003, resolve:

Tornar pública a composição do Plenário, da Corte Especial, do Conselho de Administração, das Seções e das Turmas a partir de 1º/10/2003, conforme disposição abaixo:

<b>PLENÁRIO</b> Des. Federal Catão Alves – Presidente Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Vice-Presidente Des. Federal Aloísio Palmeira Lima – Corregedor-Geral Des. Federal Plauto Ribeiro Des. Federal Tourinho Neto Des. Federal Eustáquio Silveira Des. Federal Assusete Magalhães Des. Federal Jirair Aram Meguerian Des. Federal Olindo Menezes Des. Federal Mário César Ribeiro Des. Federal Luciano Tolentino Amaral Des. Federal Cândido Ribeiro Des. Federal Hilton Queiroz Des. Federal Carlos Moreira Alves Des. Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes Des. Federal Carlos Olavo Des. Federal Amilcar Machado Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva Des. Federal Daniel Paes Ribeiro Des. Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira Des. Federal João Batista Gomes Moreira Des. Federal Antônio Souza Prudente Des. Federal Selene Maria de Almeida Des. Federal Sebastião Fagundes de Deus Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves Des. Federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues Des. Federal Maria do Carmo Cardoso	 Des. Federal Amilcar Machado Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva  <b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> Des. Federal Catão Alves – Presidente Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Vice – Presidente Des. Federal Aloísio Palmeira Lima – Corregedor-Geral Des. Federal Plauto Ribeiro Des. Federal Tourinho Neto Des. Federal Assusete Magalhães Des. Federal Jirair Aram Meguerian Des. Federal Olindo Menezes Des. Federal Antônio Ezequiel Da Silva  <b>1ª SEÇÃO</b> Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Presidente Des. Federal Assusete Magalhães Des. Federal Jirair Aram Meguerian Des. Federal Carlos Moreira Alves Des. Federal Amilcar Machado Des. Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves  <b>1ª TURMA</b> Des. Federal Luiz Gonzaga B. Moreira – Presidente Des. Federal Amilcar Machado Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves  <b>2ª TURMA</b> Des. Federal Assusete Magalhães – Presidente Des. Federal Jirair Aram Meguerian Des. Federal Carlos Moreira Alves  <b>2ª SEÇÃO</b> Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Presidente Des. Federal Plauto Ribeiro Des. Federal Olindo Menezes Des. Federal Cândido Ribeiro Des. Federal Hilton Queiroz Des. Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes Des. Federal Carlos Olavo  <b>3ª TURMA</b> Des. Federal Plauto Ribeiro – Presidente Des. Federal Olindo Menezes	 Des. Federal Cândido Ribeiro  <b>4ª TURMA</b> Des. Federal Ítalo Fioravanti S Mendes – Presidente Des. Federal Hilton Queiroz Des. Federal Carlos Olavo  <b>3ª SEÇÃO</b> Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Presidente Des. Federal Daniel Paes Ribeiro Des. Federal João Batista Gomes Moreira Des. Federal Antônio Souza Prudente Des. Federal Selene Maria De Almeida Des. Federal Sebastião Fagundes De Deus Des. Federal Maria Isabel Diniz Gallotti  <b>5ª TURMA</b> Des. Federal João Batista Gomes Moreira Presidente Des. Federal Selene Maria de Almeida Des. Federal Sebastião Fagundes de Deus  <b>6ª TURMA</b> Des. Federal Antônio Souza Prudente – Presidente Des. Federal Daniel Paes Ribeiro Des. Federal Maria Isabel Diniz Gallotti  <b>4ª SEÇÃO</b> Des. Federal Carlos Fernando Mathias – Presidente Des. Federal Tourinho Neto Des. Federal Eustáquio Silveira Des. Federal Mário César Ribeiro Des. Federal Luciano Tolentino Amaral Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva Des. Federal Maria do Carmo Cardoso  <b>7ª TURMA</b> Des. Federal Tourinho Neto – Presidente Des. Federal Luciano Tolentino Amaral Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva  <b>8ª TURMA</b> Des. Federal Eustáquio Silveira – Presidente Des. Federal Mário César Ribeiro Des. Federal Maria do Carmo Cardoso
--	---	---

Republicado por ter saído com incorreção no original, publicado no *Diário da Justiça*, Seção 2, pág. 2, de 09.09.2003.

Ato assinado pelo Presidente, Desembargador Federal Catão Alves.

Publicado no *Boletim de Serviço* 168 de 17.09.2003.

# Meios para a Justiça vencer as distâncias

Os Juizados Especiais Federais Itinerantes têm apresentado a Justiça Federal a uma parcela da sociedade que desconhece totalmente a existência de direitos e justiça. Pessoas que moram em regiões de difícil acesso e que sabem nada ou muito pouco sobre cidadania têm resgatado seus direitos a cada presença dos Juizados em sua cidade.

Estando o Projeto em pleno andamento, tenta-se aprimorá-lo a cada dia. Nesse afã, o TRF-1ª Região adquiriu duas carretas equipadas para realização dos JEFs itinerantes no interior dos estados abrangidos pela jurisdição da Primeira Região.

Muitos vieram conhecer as unidades móveis estacionadas à frente do TRF-1ª Região no dia de sua partida rumo a Minas Gerais. Ipatinga, nesse estado, foi a primeira a utilizar os serviços dos JEFs realizados na carreta, em data marcada por grande festividade na cidade.

Em matéria de cidadania, o Tribunal concretizou outro intento. O PGQVT lançou o “Escolarização de Adultos”, projeto destinado a alfabetizar prestadores de serviços da Casa, com gasto zero, contando com voluntários que se dispuseram a ajudar com recursos financeiros e humanos. As professoras são voluntárias, e o Diretor-Geral Alcides Diniz foi o primeiro padrinho de um dos beneficiados pela novidade.

Com a implantação de mais estes projetos, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região dá exemplo de que solidariedade e cidadania se podem promover com boas idéias e muito empenho.

Os Editores  
ascom@trf1.gov.br

## Sumário

O PGQVT, por meio do Comitê de Responsabilidade Social, lança projeto de escolarização de adultos que beneficiará prestadores de serviços da Casa p. 27

Tribunal adquire duas carretas para realizar Juizados Especiais Federais Itinerantes no interior dos estados que compõem a Primeira Região p.18



A inauguração do Estúdio de TV e Rádio do TRF-1ª Região conta com a presença de autoridades e profissionais da área de Comunicação, que conheceram também o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística p. 10



Associação dos Juizes Federais da Primeira Região – Ajufer – reúne juizes e advogados em Encontro realizado em São Luís/MA. Confira os enunciados aprovados p.17

Desembargadores e Juizes Federais recebem medalhas p. 16

### PRESIDENTE

Catão Alves

### VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

### CORREGEDOR-GERAL

Aloisio Palmeira Lima

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

### DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

### SECRETÁRIO-GERAL

Mário José de Santana Filho

### ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (PARLAMENTAR)

Helga Ferraz Jucá

### ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

### EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

### REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lucimar de

Melo, Marcela Correia, Márcia Murça

Barroso, Marília Maciel Costa, Samantha

Salomão

### ESTAGIÁRIOS

Bárbara Nogueira, Ivan Donizetti, José

Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e

Raquel Meleiro

### DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

### GRÁFICO

Jordânia J. Alves

### FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals e

Bruno Almeida

### REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

### PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-Ascom

### DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

### FOTOLITOS

Color Press Bureau

### IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

### TIRAGEM

2.500 exemplares

### Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

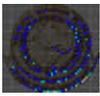
Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br

sejor@trf1.gov.br

tv@trf1.gov.br



## Cartas e e-mails

Críticas e sugestões: sejour@trf1.gov.br

### ✉ **Falando de sonhos**

Que linda festa a realizada no dia da inauguração do Estúdio de Rádio e TV do TRF –1ª Região!

Ministros, Desembargadores, Juízes, Oficiais-Generais, Advogados e Servidores puderam presenciar mais que a criação do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, ao inaugurar o Estúdio de Rádio e TV no TRF –1ª Região; viram a realização de um sonho de uma equipe extraordinária, liderada por uma jovem jornalista muito especial – Etiene Gomes de Carvalho.

Deus, em sua imensa sabedoria, costuma premiar essas pessoas iluminadas, colocando-as junto àquelas que se deixarão contagiar pelo entusiasmo e competência e que lhe darão o apoio necessário para a realização de sua obra. E aí, estou falando de outra pessoa especial, que soube entender a importância e a grandeza desse empreendimento para o futuro de nossa Justiça e confiar no potencial dessa equipe – O Presidente do Tribunal, Catão Alves.

De minha parte, resta-me agradecer o privilégio de ter essa equipe em minha área de atuação como Secretário-Geral e lembrar o apoio do Diretor-Geral, Alcides Diniz; da Secad, dirigida por Rômulo Araújo; a participação efetiva, competente e prestimosa de toda a Secretaria de Informática, dirigida por Deusdete Paixão; e do Supervisor da Seção de Produção Audiovisual, Magnaldo Timo; que abraçaram com determinação esse desafio.

Parabéns, ASCOM. Parabéns, TRF –1ª Região!

Mário José de Santana Filho –  
Secretário-Geral do TRF

### ✉ **Senhor Presidente,**

Pelo presente, vimos parabenizar Vossa Excelência e sua valorosa equipe de Assessoria de Comunicação Social, pela inauguração, no dia 01/09/2003, do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística de Rádio e TV: a Comunicação aliada à tecnologia.

Os Advogados militantes neste Tribunal, Tribunais Superiores e Justiça Federal manifestam a convicção de que o sistema ora implantado contribuirá para a relevante socialização das atividades do TRF da Primeira Região, considerando-se a sociedade civil e seus jurisdicionados em particular, ao tempo em que justificam a ausência de seu Presidente à solenidade, à causa de incompatibilidade de agenda em razão de compromisso profissional anteriormente assumido.

Atenciosamente,  
Dr. Hezir Espindola Gomes Moreira  
Presidente da Abramijufe-TS

✉ Parabenizamos essa competente equipe pela inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística e do Estúdio de Rádio e TV do TRF–1ª Região. A vocês, grandes incentivadores do nosso trabalho, nossos votos de sucesso.

Um abraço dos servidores da Seção de Comunicação Social da Seção Judiciária da Bahia.



### **VIII Feira de Saúde e III Expo Qualidade de Vida**

A oitava edição da Feira de Saúde e a terceira Expo Qualidade de Vida acontecerão do dia 20 ao 24 de outubro, mês do servidor, com o tema: “**Gestão de Qualidade de Vida do Servidor do TRF–1ª Região: mobilização e comprometimento**”.

O servidor, grande homenageado da Feira, poderá participar demonstrando e ensinando suas habilidades em qualquer atividade que saiba desenvolver, pois será reeditado o maior sucesso da Feira no ano passado: Talentos da Casa; oportunidade em que servidores organizaram um coquetel de abertura, conduziram oficinas de *origami*, arranjos florais, tapeçaria, topiaria, fuxico, bolamania e outros. Participe. O ramal da Sesoc é 486 e 294.



### **Inauguradas Churrasqueiras no Centro de Treinamento**

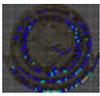
Foi com um almoço oferecido aos associados que se comemorou a inauguração das novas instalações do complexo de churrasqueiras do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Duas churrasqueiras foram inauguradas; e outras três, ampliadas.

A Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe) informou que os procedimentos para aluguel das unidades pelos servidores continuam os mesmos.

Cobertura completa na próxima edição.







ENTREVISTA: ALEX AMORIM DE SOUZA

# RECURSOS HUMANOS: considerações importantes

Por Samantha Salomão



Alex Amorim de Souza é Diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Servidor da Justiça Federal há 18 anos, foi um dos primeiros a tomar posse quando o Tribunal foi criado em 1989. Nesta entrevista, Alex fala sobre a comissão especial que está estudando o quadro de lotação ideal para a Casa, sobre o último concurso da Justiça Federal da 1ª Região, além de mudanças no prazo do estágio probatório, e a capacitação de magistrados e servidores.

**No final de agosto foi instalada uma comissão especial, designada pelo Presidente Catão Alves, para estudar o quadro de lotação ideal para as unidades administrativas da Casa. Qual é o objetivo deste trabalho?**

O objetivo principal do trabalho é exatamente definir a lotação específica de cada unidade do Tribunal, no nível organizacional de Divisão. Isso para que haja o maior equilíbrio possível entre as diversas unidades administrativas.

**Como está o andamento dos trabalhos da Comissão?**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região nunca teve uma tabela de lotação de cargos fixa, por unidade. E o ponto de partida para a fixação dessa tabela é um quadro já muito deficitário, com escassez de pessoal bastante acentuada, a ponto de inviabilizar a distribuição dos cargos existentes. Assim, quando a Comissão se reuniu para definir a distribuição dos cargos, verificou-se a insuficiência deles para o estabelecimento de uma lotação adequada. O que eu chamo de lotação adequada é a lotação média, nem mínima nem máxima, com a qual a unidade consiga desenvolver bem as suas tarefas. Dessa forma, optamos por não trabalhar a partir dos cargos existentes hoje, e sim com a lotação que cada unidade venha a definir como adequada, mediante a devida justificativa técnica.

**Até agora, já foi possível identificar quais são os setores que têm**

**maior carência de pessoal?**

Já identificamos alguns. Estamos realizando entrevistas e reuniões com as diversas áreas do Tribunal para identificarmos os pontos críticos. Na verdade não são pontos de entrave, pois, apesar da escassez de pessoal, muitas atividades que deveriam ser desenvolvidas por servidores são hoje realizadas por prestadores de serviço e estagiários. Entretanto, na prática, isso significa que o Tribunal vem criando uma excessiva dependência de pessoal que não é do seu quadro efetivo, o que pode vir a comprometer a continuidade do serviço. Além disso, embora o grau de complexidade das tarefas executadas muitas vezes seja o mesmo das realizadas pelos servidores, as chefias não podem exigir os mesmos níveis de conhecimento e responsabilidade dos estagiários e prestadores de serviço. Entre os vários setores do Tribunal, a carência de pessoal é particularmente acentuada na Execução Financeira (Diefi), na Taquigrafia, incluído o Serviço de Som (Sutaq), na Legislação de Pessoal (Dilep), e em outras duas subsecretarias da Secretaria Judiciária: a Surip e a Surec.

**Qual é o próximo passo da Comissão para solucionar essa carência?**

Os trabalhos encaminham-se para que a Comissão proponha e apresente um anteprojeto de lei com a criação de cargos para o quadro do Tribunal. Entretanto, como não dispomos de qualquer outra solução que não passe pela via legislativa, evidentemente um longo caminho deverá ser percorrido até a conclu-

são de todo o processo. O relatório da Comissão, juntamente com a minuta do anteprojeto de lei, será encaminhado ao presidente do Tribunal, com a sugestão de audiência do Egrégio Conselho de Administração do Tribunal. Aprovado pelo Conselho de Administração, o documento será apreciado pelo Conselho da Justiça Federal, que o remeterá ao Superior Tribunal de Justiça, para, em caso de aprovação, encaminhá-lo à Câmara dos Deputados.

**O prazo de validade do último concurso realizado pelo Tribunal expira quando? Há expectativa de prorrogação?**

A homologação dos resultados do concurso, relativa a algumas categorias funcionais, ocorreu em datas diferentes umas das outras, devido a demandas judiciais promovidas por candidatos com o fim de anular questões de prova. Há, assim, divergências nas datas de validade do concurso, dependendo da categoria funcional. As primeiras homologações aconteceram em abril de 2002, a última, da prova para Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados, o antigo Oficial de Justiça Avaliador, ocorreu em junho de 2002. Portanto, a expiração da validade do concurso acontecerá entre abril e junho de 2004. Contudo, o presidente do Tribunal, o Dr. Catão Alves, já determinou que se faça a prorrogação dessa validade. Assim haverá chamamento de candidatos, dependendo da categoria funcional, até abril ou junho de 2006.

### **Quantos candidatos foram nomeados, até o momento, em cada categoria?**

Essas nomeações, além do preenchimento dos quadros do TRF da 1ª Região e da Seção Judiciária do Distrito Federal, incluem, ainda, em pequena escala, a cessão de candidatos habilitados para outros órgãos do Poder Judiciário sediados em Brasília. Na categoria Analista Judiciário, Área Judiciária, foram nomeados 27 candidatos, até o momento. Na Área Administrativa foram nomeados 12 candidatos e na especialidade Execução de Mandados foram nomeados 07 candidatos. Ainda da relação de aprovados para Analista Judiciário com Apoio Especializado, nós nomeamos 02 para a Área de Biblioteconomia e 03 para a Área de Estatística. Dos habilitados para Técnico Judiciário, Área Administrativa, foram nomeados 70. Na especialidade Segurança e Transporte, nomeamos 17 e para a Operação de Computador, 03. Quanto aos habilitados para as categorias de nível auxiliar, foram nomeados 10 para Serviços Gráficos, 5 para Serviços de Carpintaria e Marcenaria, 8 para Serviços Mecânicos, e 6 para Serviços de Eletricidade e Comunicação. Esses números também incluem um número pequeno de candidatos habilitados que foram nomeados e não tomaram posse, por desistência ou perda de prazo.

### **Existe a possibilidade de aproveitamento dos aprovados neste concurso com a criação de novas varas federais?**

Em princípio, essa possibilidade existe, mas a nossa experiência em nomeações para cidades diferentes daquelas para as quais os candidatos fizeram concurso não é boa. Já há muito tempo, os concursos públicos no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região são direcionados para determinada localidade, ou seja, o candidato faz o concurso para exercer o cargo em determinada cidade. Todas as vezes que o Tribunal promoveu a alteração de cidade para a nomeação, houve problemas. Ao atender a uma convocação por edital, o candidato se habilita para uma nomeação distante da sua cidade de origem e inicia um processo de tentativa de retorno, que envolve muita gente e que é contrário aos interesses da Administração. O ideal é que se faça um concurso na cidade que irá sediar a nova Vara Federal, a fim de recrutar candidatos que residam

naquela cidade. Contudo, há duas questões que não podem ser esquecidas. Essas novas varas necessitarão, para serem instaladas, de alguns servidores experientes. Por outro lado, existem muitos servidores da Primeira Região que hoje trabalham distantes das suas cidades de origem. Para resolver, ao mesmo tempo, o problema do servidor que está longe de casa e suprir a necessidade de experiência funcional para a instalação das novas varas, poder-se-ia pensar num concurso de remoção por edital, cujo critério de seleção seja o tempo de serviço.

### **Qual o andamento da medida que modifica o prazo de estágio probatório de 3 para 2 anos?**

O estágio probatório no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, disciplinado pela Resolução n. 223, do Conselho da Justiça Federal, atualmente, é de três anos. O Superior Tribunal de Justiça, em abril deste ano, por meio de uma resolução, regulamentou o período de estágio em 02 (dois) anos. Houve, então, um pedido administrativo de alguns servidores deste Tribunal para que nos órgãos vinculados ao Conselho da Justiça Federal, o estágio probatório também fosse de 02 (dois) anos. Como esse assunto não é de competência do TRF, o Presidente do Tribunal, Dr. Catão Alves, encaminhou o processo ao Conselho da Justiça Federal. O processo ainda não foi julgado, mas a área técnica do Conselho acredita que o pedido seja deferido, e que o deferimento ainda não tenha ocorrido por dificuldades de ordem técnica, e não por questão legal. O problema está na movimentação de padrões. A primeira concessão de padrões está subordinada à superação do estágio probatório e tem datas específicas para essa concessão. É o que chamamos interstício. Quando é alterado de dois para três anos o período do estágio probatório, não há grandes problemas, mas quando há alteração de três para dois anos, existe a necessidade de criação de alguns mecanismos de ajuste, para que o servidor mais antigo – entre 25 e 35 meses na Casa – não seja preterido em favor de um servidor com menos tempo de serviço, porque, a partir da mudança do período de estágio probatório para dois anos, a superação do estágio pode ocorrer, nesses dois casos, ao mesmo tempo. Assim, dependendo da data de ingresso, o servidor mais recente, pode ter acesso ao seu padrão antes do servidor mais antigo.

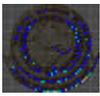
### **A capacitação dos servidores tem sido uma das preocupações da atual administração. Que eventos estão previstos para serem realizados até o final da gestão?**

Ainda para este ano estão previstos cursos sobre tramitação processual, novo código civil e recursos cíveis. Tendo em vista a criação das novas turmas (turmas de julgamento), a área judiciária solicitou também os cursos sobre direito penal, direito processual penal e direito previdenciário. Após a conclusão das novas instalações do Centrejufe, está previsto um encontro de Diretores de Secretaria da Justiça Federal de 1º grau. Está ainda agendado um encontro dos participantes do Programa de Gestão e Qualidade de Vida de toda a região. Serão ministrados ainda um curso de execução financeira e orçamentária, e um curso de desenvolvimento gerencial, os dois como eventos regionais.

### **Com relação às novas instalações do Centrejufe, como isso modifica o atual programa de capacitação de magistrados e servidores da 1ª região?**

Com o Centro de Treinamento, a nossa expectativa é de que os eventos de capacitação no Tribunal tenham um volume muito maior. Atualmente, a nossa grande limitação para os eventos de capacitação não é orçamentária – com efeito, estou falando de eventos internos, os eventos externos são muito mais dispendiosos –, mas sim de uma limitação rigorosamente física. As instalações didáticas do Tribunal não são privativas da Direh. Contudo aquela Divisão é a maior usuária e administradora do setor, e sua maior dificuldade é o espaço físico. O Tribunal contava com quatro salas de aula e um auditório. Com a cedência de duas salas para a instalação do estúdio de rádio e televisão, a Direh conta hoje com apenas duas salas de aula, além do auditório. Mas é nos eventos regionais que o Centrejufe fará a grande diferença. O TRF tem uma dificuldade muito grande de realizar eventos regionais, pelos custos de deslocamento e pagamento de diárias, e o Centrejufe vai suprir essa necessidade de pagamento de diárias, pois possuirá uma estrutura de alojamento e refeitório para atender aos servidores das Seccionais. Assim, também não haverá o deslocamento na cidade, hotel/sala de aula, o que “enxuga” a duração e o custo do evento.





## Decisão do TRF-1ª Região em Destaque

### Soja transgênica

Foi reformada no dia 09/09 pela 5ª Turma do TRF-1ª Região a decisão da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida que permitia o plantio e comercialização da soja transgênica sem prévio estudo de impacto ambiental. A decisão da Desembargadora suspendia os efeitos da sentença de 1ª instância da Justiça Federal/DF. Foram julgados recursos de agravos regimentais do IDEC, Greenpeace e Ministério Público Federal que contestavam o referido efeito suspensivo. Votaram contra a decisão da Relatora os Desembargadores Federais Antônio Ezequiel da Silva e João Batista Gomes Moreira. O primeiro entendeu que, diante da situação duvidosa quanto a aspectos positivos e negativos dos transgênicos, deve prevalecer a proibição, até o julgamento definitivo da apelação. O segundo considerou que

não há fundamentos relevantes para suspender a decisão de 1ª instância, uma vez que, pela Constituição, a liberação de transgênicos exige prévio estudo de impacto ambiental. O julgamento definitivo, iniciado em 2002, já recebeu voto favorável da Desembargadora Relatora, Selene Maria de Almeida, que considerou válida a liberação dada pela CTNBio, órgão governamental encarregado da biossegurança, para o plantio e comercialização da soja transgênica. Faltam ainda os votos dos Desembargadores Federais Antônio Ezequiel e João Batista Moreira, sendo que este praticamente já adiantou seu ponto de vista, no julgamento do dia 09, contra a liberação dos transgênicos sem prévio estudo de impacto ambiental. O Desembargador Federal Antônio Ezequiel será o próximo a dar o voto definitivo.

## Estágio probatório

Dirigentes de recursos humanos do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais discutiram, por meio de videoconferência, a redução do prazo de duração do estágio probatório para dois anos.

A concretização da medida, contudo, depende ainda de resolução a ser editada pelo Conselho da Justiça Federal. Serão beneficiados tanto os servidores que cumpriram o estágio probatório de três anos como aqueles que ainda estão submetidos ao Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório – Suades –, o qual, ainda, prevê o cumprimento do estágio em três anos.

A operacionalização dessa mudança pelos diretores de Recursos Humanos possibilitará a uniformização das normas a serem estabelecidas em todos os tribunais.

## Ponto de Vista

### A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA A CIDADANIA

A *Justiça Federal* é organismo integrante do *poder judiciário*, que tem por finalidade institucional exercer funções político-constitucionais e jurídicas, através da atuação de seus órgãos, representados nas pessoas dos magistrados e das magistradas federais, no exercício de suas jurisdições e na interpretação dos diversos ramos do *direito público*.

Sem dúvida, a destinação das ações judiciárias tem por universo maior a própria nação brasileira, haja vista a maciça quantidade de ações que são ajuizadas pelos brasileiros, quer na *justiça federal* clássica, quer, a partir de recentes anos, nos *juizados especiais cíveis e criminais*.

Efetivamente, é preciso ficar bem claro que, na definição do conceito político que aqui se emprega, não se está cogitando de práticas e ações partidárias propriamente ditas, vividas por profissionais dessa área. Impõe-se, na óptica aqui destacada, que seja considerada a *justiça federal* como órgão político, na exata medida em que interfere significativamente na Administração Pública Federal, autárquica e das empresas públicas, bem como em suas relações com os administrados, o que torna a sua atuação profusa e profundamente política.

Exemplos clássicos são aqui enumerados de forma passageira, conforme seguem: a sentença indenizatória do caso do Jornalista *Herzog* (morto,

por enforcamento, na prisão militar em que se encontrava em *São Paulo-SP*) contra a *União*, beneficiando os seus familiares, que teve forte impacto ao tempo do Governo Revolucionário; o julgamento de múltiplas ações de conteúdo político, de anistia e de reintegrações, além daquelas decisões acerca dos muitos e contraditórios planos econômicos, liberação dos *cruzados* e, ainda, milhões de ações envolvendo a atualização dos índices do Fgts e incontáveis ajuizamentos questionando o *sistema financeiro de habitação*.

E se não bastasse esse elenco de opções para o exercício e a efetividade da obtenção dos direitos fundamentais, o jurisdicionado brasileiro ainda recorre à Justiça por excelência Federal e do Brasil para postular os seus direitos previdenciários, esses concretizados no ajuizamento de milhões de ações pelo *Brasil* afora.

É, assim, sem falsa modéstia, a *justiça da cidadania*, pois até mesmo a saúde pública e as demais políticas públicas passam pelo crivo dessa Justiça mais do que Federal, haja vista as muitas autorizações judiciais para tratamento de saúde no exterior, bem como para a compra de medicamentos para aqueles brasileiros que são acometidos de doenças de perda imunológica, sobretudo os *aidéticos*, que, nesse foro federal, encontram o seu porto seguro, por

se sentirem, apesar de suas adversidades, certos da garantia de que a sua saúde e os seus conseqüentes representam um direito fundamental, o de obter da *União* o seu tratamento hospitalar, médico, farmacêutico e outros necessários à sua recuperação.

Esse universo é numeroso. A opinião pública, no entanto e infelizmente, ainda não foi devidamente informada da importância dessa fortaleza protetora de seus direitos. Claro que há muitas dificuldades de ordem administrativo-financeira, agravada com profundos cortes orçamentários – além de ainda quadros insuficientes de funcionários e juizes.

Preocupa-nos diariamente a cobrança, sempre crescente e justa, da *cidadania* no que respeita à conformação de uma Justiça célere, segura e eficaz – daí ser importante que essa pressão se faça junto aos responsáveis – tanto do Poder Judiciário, quanto junto aos representantes de cada Poder e Estado. Afinal de contas, o *Legislativo* e o *Executivo* e o *Judiciário* como sempre proclamado pelo Senador *Marco Maciel*, constituem poderes harmônicos e interdependentes – o que implica trabalharem em conjunto, eis que só assim poderão tratar melhor e mais racionalmente as grandes questões públicas nacionais, bem como encaminhar as suas soluções.

Um País com a dimensão continental como o nosso, cujos problemas regionais encerram inúmeras

ras diversidades, se as medidas básicas e gerais, redutoras das desigualdades, couberem a um só Poder, então fatalmente a República, e, mais precisamente, a Federação não saberão dizer, ambos, o porquê de suas existências. Evidente que o Poder Judiciário detém a função jurisdicional, aqui abordada de forma intrínseca. Cremos que na equação dessa problemática comum, tanto a nação e os seus componentes políticos, quanto os poderes da República devem concentrar as suas ações para objetivos maiores, e de preferência convergentes, em prol do bem comum.

A justiça rápida, eficaz e de resultados concretos, infelizmente, ainda é uma realidade que o poder Judiciário não pode alcançar em pouco tempo e aqui se poderia relacionar uma série de causas e omissões, partindo-se da falta de recursos, de quadros humanos e de informatização ampla, transitando-se, ainda, pelos diversos contingenciamentos orçamentários que vêm abalando esse mesmo Poder Judiciário.

As muitas reformas dos nossos Códigos de Processo Civil e Penal ainda não foram suficientes para reduzir a estrutura da cultura recursal de nosso País. É fato indiscutível que o perdedor de tudo quer recorrer – até mesmo, se preciso for, ao Supremo, conquanto que a chama e a expectativa de seu direito se mantenham acessas. Em muitas situações o que se verifica é o recorrer por recorrer quando já existem súmulas contrárias e estratificadas ao direito perseguido.

Neste particular, destaco aqui a contribuição que a Agu passou a dar quando começou a editar as suas súmulas administrativas, que, depois de consolidadas, somam, nesta data, 20 (vinte) e cujos reflexos já se fazem sentir em centenas de ações julgadas ou em fase recursal, tendo como ré a *União* e o *Inss*, entre outros entes públicos, que ora não recorre, ora desiste dos recursos, que estão contrariando as referidas súmulas.

A criação de novas varas, cargos e a realização de inúmeros concursos para juiz federal e para prover as numerosas carreiras do quadro de pessoal da Justiça Federal não têm se mostrado plenamente capaz de fazer frente ao sempre crescente ajuizamento de novas ações, cuja explosão teve como marco balizador a Carta Constitucional de 1988, que ampliou o leque dos direitos fundamentais do cidadão.

A informatização tem sido um fantástico recurso da tecnologia moderna com vista a racionalizar e otimizar o andamento processual. Algumas Regiões, como a 3ª e a 1ª, através de seus Tribunais Regionais, já estão experimentando o processo virtual, pelo qual se pretende substituir os processos convencionais por *Autos Judiciais eletrônicos*.

No dia 16 de junho do corrente ano de 2003, tive-mos a oportunidade de participar da instalação dessa revolucionária tecnologia, o chamado processo virtual, no 1º *Juizado Especial Civil da Justiça Federal* do Distrito Federal. Com isso, o TRF da 1ª Região dá um decisivo passo em direção ao futuro, tornando-se o citado Tribunal o segundo a possuir o sistema de *JEF Virtual*, unindo-se assim, nesse pioneirismo, ao TRF da 3ª Região, que realizou a primeira experiência, nesse campo. Maiores informações sobre esse novo sistema, bem como para acessar o primeiro processo virtual ali julgado, basta o interessado entrar no *site* do TRF da 1ª Região, [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) - clicar em "Processos" e logo em seguida em "Acompanhamentos Processuais" e escolher a "Seção Judiciária do Distrito Federal". Por fim, é só digitar o número do processo. No caso da ação ordinária pioneira aqui noticiada o número de seu processo é: **2003.34.00.90000-2**.

Gostaria de, nesta oportunidade, manifestar e registrar o incansável trabalho, ao longo de toda a luta pela implantação de tais *Juizados*, no âmbito da 1ª Região, dos colegas *Tourinho Neto*, *Flávio Dino de Castro* e *Costa*, *Selene Maria de Almeida*, *Catão*

*Alves* e tantos outros que, graças às suas tenacidades e espírito público constantes, tornaram possível, nos dias atuais, aquela que parecia uma utopia inatingível. Mas a utopia de ontem, o destino e esses personagens quiseram, ainda bem que para júbilo de todos nós, se corporificar no *JEF Virtual* de hoje, daí a certeza de seu futuro, em termos de permanência e continuidade.

Também, dentro desse longo rol de expectativas e realidades, é aguardada com toda a pressa e ansiedade a aprovação pelo *Congresso* - e final sanção presidencial - do anteprojeto de lei que criará 183 (cento e oitenta e três) varas federais, cuja interiorização da *Justiça Federal* mais se intensificará com a gradativa implantação daquelas.

Outro tópico importante nessa agenda, objetivando melhorar o atendimento aos nossos jurisdicionados em todo o *Brasil* se exterioriza na inadiável premência de, igualmente, ter-se aprovada pelo *Congresso Nacional* a emenda constitucional para criação dos novos 4 (quatro) Tribunais Regionais Federais, que estão projetados para serem instalados nos Estados do *Paraná*, de *Minas Gerais*, da *Bahia* e do *Amazonas*, cujas futuras implantações, indubitavelmente, concorrerão fortemente para efetivar a prestação jurisdicional àqueles cidadãos que estão à margem de toda e qualquer presença e assistência judicial da *Justiça Federal*.

Nesse meio termo, justiça se faça com relação aos relevantes serviços que vêm sendo realizados pelas *Turmas Suplementares*, criadas para desafogar a grande afluência processual que aguarda, há anos, julgamento no TRF da 1ª Região. Tais colegiados, como órgãos judicantes, funcionam junto aos nossos Tribunais Regionais Federais. As *Turmas Suplementares*, que operam junto ao TRF da 1ª Região, em mais de seus 2 (dois) anos de funcionamento (março de 2001), dos 40.000 (quarenta mil) recursos recebidos, julgaram 23.000 (vinte e três mil), o que demonstra inofismavelmente a eficácia e acerto da operacionalização de tais *Turmas*.

No plano financeiro, sabemos que alguns Tribunais de Justiça, em seus respectivos Estados, criaram *Fundos Judiciais*, com vista a levantar recursos para que possam aumentar as suas receitas orçamentárias. A *Justiça Federal*, além de recolher uma grande quantidade de recursos financeiros em todo o *Brasil* e que vão para os cofres da *União*, arrecada, ainda, multas administrativas que são aplicadas em face da inadimplência dos contratantes para a realização das múltiplas compras que realizam e serviços que tratam pela forma terceirizada.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, com o capital auferido nos serviços de suas máquinas de reprografia, conseguiu informatizar as suas varas naquele Estado, o que comprova que a busca pelo aumento de receita passa por iniciativas como essa que aqui lembramos.

Ainda com relação à otimização da prestação jurisdicionada nos múltiplos aspectos aqui analisados, é importante que chegue aos brasileiros, informações rápidas e de fácil acesso, para que possam ser esclarecidos sobre muitos pontos de sua cidadania que ainda os mantêm desinformados acerca dos direitos à sua disposição. Para tanto é imperioso que se imprima toda sorte de informações, a partir de folhetos, com explicações simplificadas, informando aos seus destinatários como acessar à *Justiça*. Tais esclarecimentos visariam informar o cidadão a respeito de problemas por ele enfrentados para litigar em Juízo. Nesse diapasão, nada impede que sejam divulgados instrumentos com conteúdos educativos e com títulos, tais como: *O que é a justiça federal? Como obter assistência judiciária na justiça federal? Como litigar nas pequenas causas? o que são os Juizados Especiais Federais? Juizados Especiais Federais – jus-*

*tiça para todos? O que é a defensoria pública e para quem trabalha? Como acessar o site da justiça federal e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região?* Estes e outros temas podem servir de roteiro para verdadeiras e acessíveis *cartilhas da cidadania!*

Na *publicação* de maio do corrente ano, editada pelo TRF da 1ª Região, contendo a *situação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região*, pode-se ler a inversão do crescendo de ações ajuizadas em favor das classes mais pobres em relação àquelas de melhor situação econômico-financeira. Confirmam, então, o que diz o item 4, da citada *publicação*:

“A noção de que a Justiça Federal somente atende à parcela mais abastada da população revelou-se equivocada. Nossas estatísticas mostram que, dos 185.540 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta) processos distribuídos na Justiça Federal de abril de 2002 (data do início das instalações dos Juizados Especiais Federais) até abril de 2003, 115.826 (cento e quinze mil, oitocentos e vinte e seis) foram distribuídos para os Juizados Especiais Federais, e apenas 69.714 (sessenta e nove mil, setecentos e quatorze) processos das Classes Cíveis foram para as Varas Comuns. Assim, cerca de 62% (sessenta e dois por cento) dos processos cíveis comuns distribuídos na Justiça Federal desde a instalação dos JEFs foram para os Juizados Especiais”.

Como analisado, a jurisdição exercida pelo magistrado se assenta em bases e parâmetros concretos dispostos em nossa *Constituição Federal*, fonte primária que assegura os direitos fundamentais de todos nós.

As instituições existem como expressão da vontade da sociedade; se ela entender que esta ou aquela instituição não se justifica, não há razão para mantê-la, o que, modéstia à parte, não é o caso da *justiça federal*, cujas estatísticas e fatos, por todos conhecidos, demonstram que é uma Justiça – não só da *União*, como, fundamentalmente, dos sem-justiça, dos sem-teto e dos sem-saúde, entre outras categorias de desamparados.

A *importância política da justiça federal para a cidadania* se revela, às claras, diante da explosão de litigiosidade que se verificou a partir de 1998 e que se constata, agora, de forma surpreendente e gratificante, com os *Juizados Especiais Federais cíveis*.

O *Judiciário*, como um dos *Poderes da República*, não pode se curvar diante da desestabilização que lhe querem impor. Devem os seus órgãos, que desempenham funções constitucionais e integram carreira de Estado merecer melhor tratamento.

A *justiça federal* nesta atual encruzilhada deve, além de continuar o seu processo de modernização, interiorizar-se o máximo que puder, pois só assim estaria indo, de forma democrática e política, ao encontro da *cidadania*, via prestação jurisdicional ora, efetiva, rápida e simplificada, com vista à eficaz solução de seus conflitos.

Melhor resposta não pode ser dada aos nossos críticos de plantão: a demanda constante da sociedade em buscar proteção junto à *justiça*, tanto a Estadual, quanto a Federal, já se revela o maior aval para que desconcentração processual e a descentralização administrativa continuem, aumentando-se as suas estruturas com a criação de novas varas, novos tribunais regionais federais, cargos de juizes federais e funcionários, e demais despesas necessárias à sua modernização, informatização e, agora, implantação virtual dos *autos judiciais eletrônicos*. Em suma, razões e ações não faltam para confirmar a *importância política da justiça federal para a cidadania*.

**Hamilton de Sá Dantas**

Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do DF.



Da esq. para a dir., Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente do STJ ; Presidente do TRF, Catão Alves; e Ministro Nilson Naves, Presidente do STJ

## TRF inaugura estúdio de rádio e TV

As distâncias que separam o Distrito Federal e os 13 estados que integram a Primeira Região ficarão menores com o lançamento oficial do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística do TRF e com a inauguração do estúdio de rádio e TV internas do Órgão, no dia 1º de setembro, no auditório do Edifício Anexo do Tribunal. O sistema pretende intensificar a comunicação interna e externa na Primeira Região, a maior das cinco criadas pela Constituição de 1988.

A solenidade, dirigida pelo Presidente Catão Alves, foi prestigiada pelos Ministros Nilson Naves e Edson Vidigal, Presidente e Vice-Presidente do STJ, respectivamente, pelos Presidentes do TRF da 4ª Região, Wladimir Passos Freitas, e da 5ª Região, Margarida Cantarelli, pelo Ministro do STJ Ari Pargendler, pelo Presidente da Ajufe, Paulo Sérgio, por desembargadores da Casa e juízes federais, oficiais-generais, advogados, servidores e profissionais da área de comunicação.

Um vídeo institucional sobre o Sistema Integrado foi exibido; e um coquetel patrocinado pelo Banco do Brasil, oferecido aos presentes, enquanto o estúdio era aberto para visita.

Os três módulos que compõem o Sistema – Rádio

Destaque, TV Destaque e Transmissão ao vivo de julgamentos – encontram-se em pleno funcionamento, disponíveis, a princípio, aos usuários dos Edifícios Sede e Anexos do Tribunal. A previsão é de que, já no próximo ano, o Sistema seja expandido para todas as Seções Judiciárias da 1ª Região.

O TRF não poupou esforços para viabilizar o projeto e investiu em tecnologia de ponta que utiliza o Protocolo IP para o envio de áudio e vídeo, o mesmo usado nas transmissões via *Internet*. A natureza do tipo de tráfego dos dados é *Multicast*, ou seja, independentemente do número de computadores conectados ao Sistema, os recursos consumidos pela rede são os mesmos. Com a estrutura montada e o estúdio, a Assessoria de Comunicação está agilizando a produção e edição de programas do TRF da 1ª Região, o que irá intensificar a divulgação sobre o funcionamento dos trabalhos na Justiça Federal.

Com isso, o TRF passa a ser o primeiro Tribunal do País a ter uma rádio e uma TV internas com transmissão total pelo microcomputador.

Para comemorar a inauguração do estabelecimento e o lançamento do projeto foi oferecido após a solenidade um coquetel, patrocinado pelo Banco do Brasil.

# Melhores momentos

1



2



3



4



5



6



7



8



9



1. Presidente Catão Alves e a esposa, Rosamaria Catão, Juiz Federal João Carlos Mayer e Diretor-Geral Alcides Diniz

2. Presidente Catão Alves e Ministro Nilson Naves descerram a placa de inauguração

3. Chefe da Asrep, Andréa Ghisi, Diretor-Geral Alcides Diniz, Chefe da Ascom, Etiene Gomes, Dona Rosamaria Catão, Presidente Catão Alves, Diretora da Secju, Terezinha Ramos, e Supervisor da Sepav, Magnaldo Timo

4. Equipe da Ascom se reúne para brindar o sucesso do estúdio

5. Secretário-Geral Mário Santana, Advogado Valdir Campelo, Tenente Brigadeiro do Ar Paulo R. Bastos, Srª Graça Santana, Cel Matos, Advogado Estênio Campelo

6. Fila 1: Ministro Edson Vidigal, Ministro Nilson Naves e Presidente Catão Alves. Fila 2: Assessor de Imprensa do STJ, Marcelo Cordeiro; Assessor de Imprensa do STF, Renato Parente; Diretor-Geral do CJF, Rubens Murga; e Diretor-Geral do TRF-1ª Região, Alcides Diniz

7. Dirigentes da Direh, Asret, Secin, Secbe e Dieng participam do evento

8. Autoridades observam teleprompter do estúdio

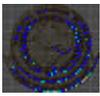
9. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida e Diretora da Ditel, Sônia Matte

10. Juiz Federal Hamilton de Sá, Ministro do STJ José de Jesus, Presidente do TRF4, Wladimir Passos, Presidente do TRF5, Margarida Cantarelli, Vice-Presidente do STJ, Edson Vidigal, Presidente do STJ, Nilson Naves, Presidente Catão Alves, Ministro Ari Pargendler e Presidente da Ajufe, Paulo Sérgio

10



11



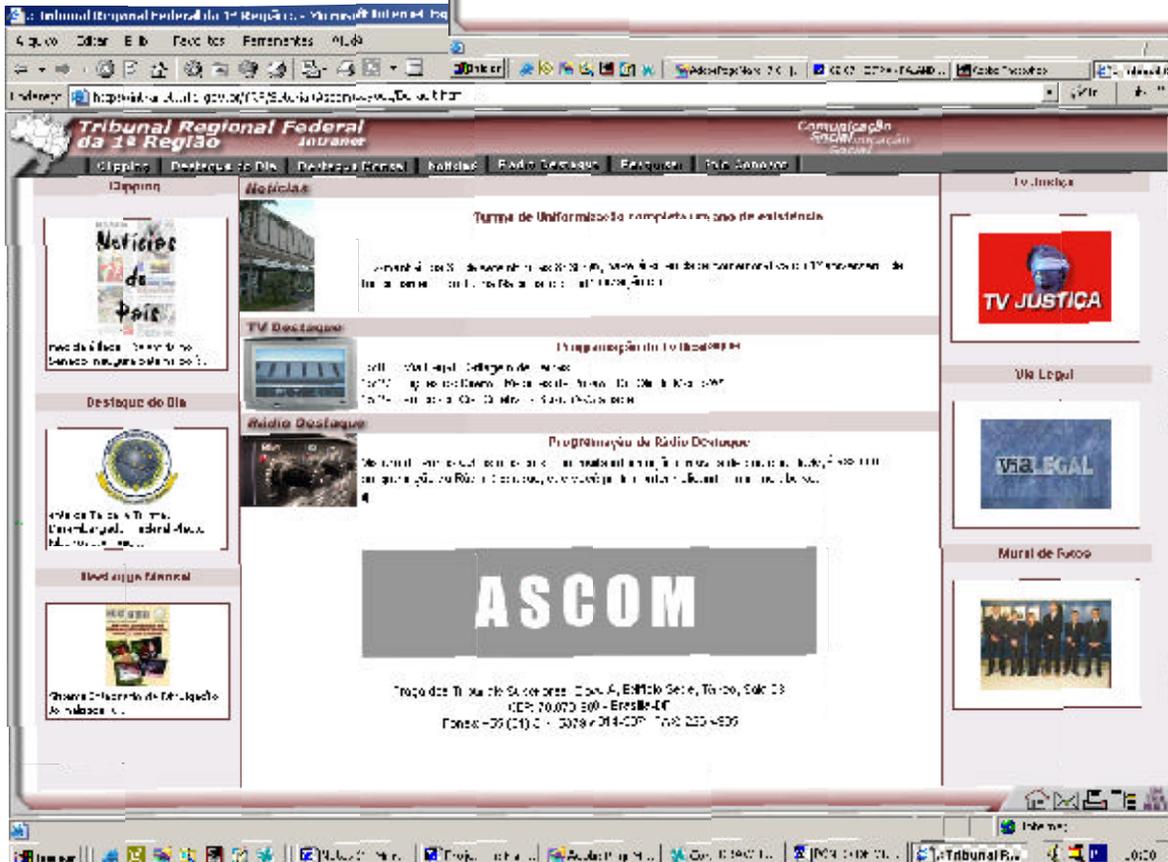
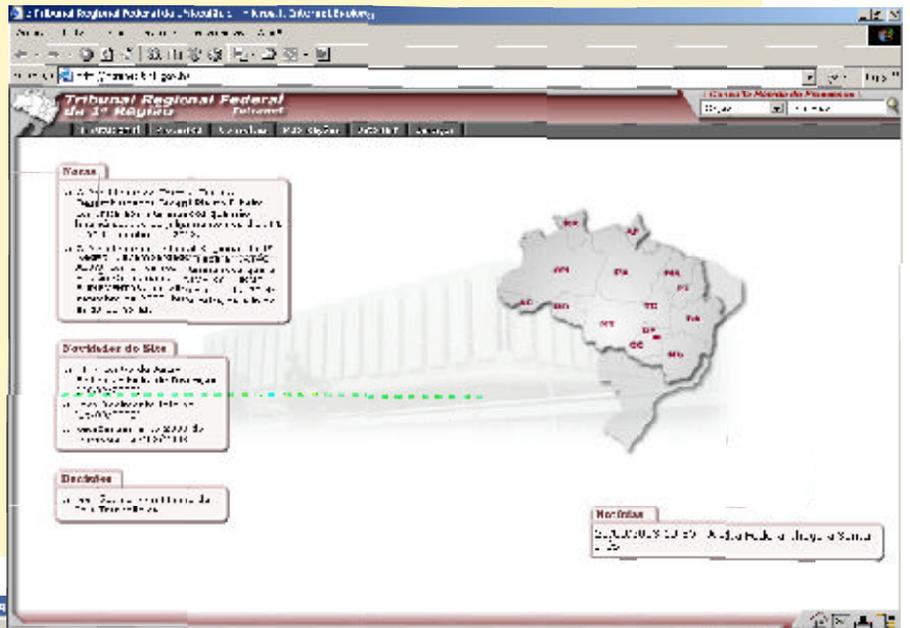
# O endereço da informação

A Assessoria de Comunicação do TRF da 1ª Região está de cara nova, ou melhor, de página nova na *Internet*. As mudanças vieram em função da criação do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística pela Ascom e da conseqüente necessidade de incrementar a divulgação e circulação das notícias do Tribunal.

Além do visual totalmente reformulado, o usuário conta com *links* que dão acesso à página do programa Via Legal, produzido pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com os cinco TRFs, às notícias do Destaque do Dia e do Destaque Mensal, às notícias “quentes” sobre os julgamentos do TRF, de interesse geral da imprensa, lançadas em rede quase em tempo real, à Rádio e TV Destaque, e à TV Justiça. As notícias do País e do mundo também estão à disposição no *link* do *Clipping*.

As transmissões de julgamentos ao vivo podem ser acessadas também pela nova página dentro da opção TV Destaque.

A nova página, desenvolvida com o apoio da Divip/Secin, também exibe um mural de fotos dos principais eventos e solenidades do Tribunal e Seccionais, onde o interessado pode selecionar a foto de seu interesse para revelação. Outra novidade é a opção de pesquisa de notícias e fotos antigas por palavra-chave, por método exclusivo deste Tribunal. O endereço da informação é [www.trf1.gov.br/setoriais/comunicacaosocial](http://www.trf1.gov.br/setoriais/comunicacaosocial).



## Uma justiça anunciada

Seu Silvino acordou cedo como a praxe. Pelo clima e sons dos pássaros, seriam em torno de 5h. A manhã nascia úmida e clara. Seria um dia ensolarado, porém de clima agradável, o que ajudaria a manter a pressão dele dentro da normalidade.

Não seria um dia igual aos outros na cidade de Agulhas. Ouvira pelo rádio, companheiro das madrugadas de insônia, dos dias e, principalmente, dos fins de tarde, que haveria grande festividade na cidade. O motivo seria uma tal de carreta, a serviço de um tal juizado federal, que traria uma tal de justiça federal. Não importava, entendera bem algumas palavras da notícia. Escutara que poderia ter a chance de resolver de maneira simples e rápida seu problema de aposentadoria.

Colocou sua melhor roupa – dia de festa exige isso. Aprendera com sua mãe. Vestiu a rala camisa, muitas vezes lavada, e a desbotada calça. Buscou a alpargata deixada no varal, lavada para a tão esperada festividade.

Lá estavam pessoas, cachorros, uma banda e uma carreta, pintada de verde e amarelo, com escritos que, segundo lera seu arguto neto Chiquinho, dizia: a justiça vencendo distâncias!

Iniciaram-se as comemorações. Para seu Silvino, tudo era muito bonito e estranho. Ele observava os conterrâneos, de soslaio. Sentia nos olhares curiosidade, encantamento e estranheza. Pensou o ancião: – O que a Polícia Federal teria a ver com sua aposentadoria? Aquele senhor distinto de óculos e aquela nobre senhora de cabelos claros, o que teriam eles a ver com a polícia e com a sua aposentadoria? Somente depois entendeu que a Justiça Federal fazia um trabalho diferente da Po-

lícia Federal e nada tinha a ver com tal órgão.

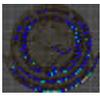
Não era um caminhão comum, como seu Silvino costumava ver. Maior foi a surpresa dele quando entrou. Nem mesmo em lojas ou escritórios da cidade vira algo tão bonito. Lá dentro a temperatura era muito agradável. Ao sair contou aos amigos e transeuntes que foi recebido por um doutor e pôde falar do seu problema de aposentadoria. Também ouviu que poderia resolver isso rapidamente. Teria direito a um benefício previdenciário. Se isso fosse verdade, ajudaria o neto a tornar-se doutor. Emocionou-se ao se lembrar das dificuldades por que passara, e continua passando, pela falta do dinheiro.

Dias depois, estacionou na cidade, novamente, aquela enorme carreta. Disseram-lhe ser outra. Lá dentro tinha um juiz. Agora ele já sabia as funções de um magistrado. Saiu sorridente com a notícia de que ganhara o direito, por lei e determinação da autoridade que lhe atendera, de receber o valor de sua aposentadoria, resultado de muitos anos de árduo trabalho.

No dia em que foi receber seu dinheiro, fez rotina semelhante à do dia em que conhecera a carreta, que ele chamava de caminhão. Afinal, para ele, era dia de festa. Não entendia como tudo aconteceu tão rapidamente. Aquelas pessoas e aquele caminhão verde e amarelo enchiam-no de uma diferente sensação. Dava-lhe um sentimento de fazer parte das preocupações sociais, culturais, econômicas e políticas do País. Algo que raramente sentira ao longo dos 70 anos. O que mais o deixava feliz? Seu neto conheceu a justiça com apenas 9 anos de idade.

**Lucimar Nunes de Melo**

Servidora da Assessoria de Comunicação do TRF



# STF completa 175 anos

Em 18 de setembro de 1828, o imperador D. Pedro sancionou a lei que deu origem ao órgão que antecedeu o STF, Supremo Tribunal de Justiça, com funcionamento no Rio de Janeiro, antiga capital federal do Brasil.

Em Brasília, o Supremo realizou a primeira sessão em 21 de abril de 1960, no local onde funciona a sede atual, na Praça dos Três Poderes.

Neste ano, o Supremo Tribunal Federal comemora 175 anos de existência. Para celebrar seu aniversário, a Corte realizou uma programação especial no dia 18 de setembro, no Plenário da

Casa.

O Ministro Carlos Velloso, do STF, fez a abertura do evento. No mesmo dia, no Salão Branco do Supremo, ocorreu o lançamento do carimbo comemorativo do evento pelo presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Airton Langaro Dipp.

Ainda como parte das comemorações, foram lançadas pelo presidente do Senado Federal, senador José Sarney, as obras da coleção História Constitucional Brasileira, editadas por um convênio entre o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal. São elas: “Do Poder Judiciário”, de Pedro Lessa, “A Constituição de 1937”, de Araújo Castro, e “História do Direito Constitucional Brasileiro”, de Waldemar Martins Ferreira. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, encerrará a solenidade.



## Espaço Cultural do TRF

Promovendo exposições que muito agradam a apreciadores da arte

### **Paulo Pereira Cardoso**

Paulo Pereira Cardoso, 13 anos, mostrou suas obras denominadas “Alegria das Cores”, no Espaço Cultural da Casa, no período de 1º a 5 de setembro. Paulo é portador de *Osteogenesis Imperfecta* – doença conhecida como ossos de vidro –, mas isso não o fez desistir de seus sonhos. Descobriu na arte uma forma de amenizar sua árdua rotina em hospitais e com tratamentos. Há menos de um ano venceu seu primeiro obstáculo: aprender a andar. Daí para frente, a vida dele começou a mudar. Com um computador, presenteado por seu pai para amenizar a ociosidade, ele começou a compor formas, mesclar cores e dar a figuras geométricas sentidos muito especiais, produzindo verdadeiras obras de arte. Muitos por lá passaram e admiraram o talento do jovem pintor, como o Presidente do STJ, Ministro Nilson Naves, o Presidente Catão Alves e o Vice-Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal (foto).



### **Sara Nash**

Entre os dias 08 e 22 de agosto, a artista plástica paulistana Sara Nash, famosa por suas criações em bronze cuja temática são sentimentos voltados ao amor, amizade e solidão, expôs, no Espaço Cultural do TRF–1ª Região, os trabalhos por ela denominados “Pequenos Formatos”. A abertura da exposição foi às 18h do dia 8, durante coquetel oferecido aos presentes, momento em que foi sorteada uma escultura da artista.

**Na foto:** Juiz Federal Francisco Neves com a artista.



### **Jonas Lemes**

O artista plástico Jonas Lemes deu oportunidade a todos de conhecerem seu trabalho no Espaço Cultural do TRF–1ª Região, do dia 22 a 29 de agosto. Jonas iniciou sua vida artística em 1990. Desde então, recebeu vinte e três premiações de reconhecido valor em salões de arte pelo Brasil. É artista catalogado no Dicionário de Artes Júlio Louzada, volumes VIII, IX, X, XI, XII e XIII.

O Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é conduzido pela Assessoria de Representação e Programação Social, e o seu endereço é SAS, Quadra 02, Praça dos Tribunais Superiores, Ed.-Sede, Térreo. E-mail: [asrep@trf1.gov.br](mailto:asrep@trf1.gov.br). Telefone 314-5506.

# Conselho da Justiça Federal se reúne na sede do TRF da Primeira Região

O colegiado do Conselho da Justiça Federal esteve reunido na tarde do dia 1º de setembro, em sessão realizada aqui no Tribunal. Na ocasião foram aprovadas, à unanimidade, a criação de cargos efetivos e de funções comissionadas destinadas ao Centro Cultural Justiça Federal e a elaboração de regimento interno sobre os procedimentos a serem adotados no processamento de autos para a Turma de Uniformização de Jurisprudência.

Também foi aprovada a consulta quanto à comprovação do tempo de advocacia para fins de aposentadoria e disponibilidade de magistrados em face da EC n.20/98.

Participaram da sessão o presidente e o vice-presidente do CJF, Ministros Nilson Naves e Edson Vidigal, respectivamente; os Ministros do STJ Ari Pargendler – presidente da Turma de Uniformização dos JEFs –, José Augusto Delgado e José Arnaldo; os presidentes dos TRFs Catão Alves (1ª Região), Valmir Peçanha (2ª Região), Anna Maria Pimentel (3ª Região), Vladimir Passos Freitas (4ª Região) e Margarida Cantarelli (5ª Região); o presidente da Ajufe, Paulo Sérgio Domingues; além do Diretor do Conselho da Justiça Federal, Rubens Murga.



## Eficiência Administrativa reduz custos dos contratos

Com o objetivo preciso de diminuir custos administrativos e financeiros, a Secretaria de Administração do Tribunal tem procurado reduzir os custos contratuais, utilizando como principal ferramenta a negociação junto às empresas prestadoras de serviço, não perdendo de vista a regra básica de vigência dos contratos administrativos de estar adstrita a seus respectivos créditos orçamentários.

A prévia negociação constitui uma forma de não mais prevalecer nas cláusulas contratuais a fixação de índices gerais, setoriais ou específicos, abrindo, portanto, à empresa a oportunidade de trabalhar com planilhas de variação de custos. A Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos–Diacó é a responsável por essa negociação, possibilitando a aplicação de índices que proporcionem o bom funcionamento administrativo da Instituição, otimizado pelo reconhecimento de fatores regionais, sazonais ou por qualquer outra particularidade.

A estratégia adotada pela Secretaria Administrativa tem proporcionado ao Tribunal economia de aproximadamente 700.000 reais e às empresas contratadas a oportunidade de manter suas atividades e os empregos de seus funcionários.



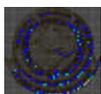
### Livro

O Servidor José Geraldo Tavares, da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, lançou o livro *Operação Outono*. Trata-se de ficção política que narra acontecimentos na política nacional entre 1980 e 1992. O Livro foi escrito em duas partes, pelas quais o leitor é levado aos bastidores do Congresso e a várias cidades do Brasil e do mundo, em uma viagem que mescla aventuras, ficção e realidade, enquanto se desenrolam os acontecimentos, incluindo a derrubada de um jovem Presidente, cujo nome fictício é Orlando Palmeira.

Participa, como autora do prefácio, a servidora Ana de Fátima Ribeiro, Analista Judiciária lotada na Selepe – Belo Horizonte.

Endereço eletrônico para compra é [www.papelvirtual.com.br](http://www.papelvirtual.com.br).

Clique em *ficção* e, em seguida, coloque o nome do autor:  
José Geraldo Tavares



# Justiça Federal é lembrada em solenidades de entrega de medalhas

No dia 14/08, o Presidente Catão Alves foi agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito Tocantins, no grau Grande Oficial, pelo Deputado Federal Darci Coelho e a Secretária de Representação do Estado de Tocantins, Estela Siqueira Campos.

A outorga da medalha também foi realizada pelo governo do Estado a todos os Ex-Presidentes do TRF-1ª Região.



Nas comemorações do Dia do Soldado, os Desembargadores Federais Luiz Gonzaga, Jirair Aram Meguerian e Antônio Sávio, bem como a Assessora Parlamentar do TRF-1ª Região, Helga Jucá (foto 2), receberam a Medalha do Pacificador. A Solenidade aconteceu no Quartel-General do Exército, no dia 28/08, às 10h.

A mesma homenagem foi prestada à Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (foto 3) no dia 11/9.



**Diretor-Geral Alcides Diniz (esq.) e Desembargador Federal Aloísio Palmeira**

Em setembro, o Diretor-Geral Alcides Diniz foi homenageado pela Seção Judiciária de Belo Horizonte com a Medalha Justiça Século XXI, em solenidade realizada no dia 12/9. Na mesma ocasião, o Presidente Catão Alves, os Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias, Aloísio Palmeira Lima e Selene Maria de Almeida foram agraciados com a medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos. A solenidade aconteceu na cidade de Belo Horizonte.



**Presidente Catão Alves, Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias e Selene Maria de Almeida**

No dia 02/09, a Desembargadora Federal Isabel Gallotti e o Juiz Federal João Carlos Mayer Soares foram agraciados com a insígnia da Ordem do Mérito de Dom Bosco, no grau de Grande Oficial e de Comendador, respectivamente, na sede do TRT.



# Ajufer reúne juízes e advogados da Caixa no Maranhão

A cada dia, a Associação de Juizes Federais da 1ª Região–Ajufer vem demonstrando sua preocupação em capacitar e reciclar os conhecimentos de seus magistrados. Os encontros que vem frequentemente realizando são provas dessa preocupação. Nos dias 04, 05 e 06 de setembro, por exemplo, a Ajufer, em parceria com a Seção Judiciária do Maranhão, reuniu mais de 70 pessoas para participarem do Encontro de Juizes Federais da 1ª Região e advogados da Caixa, em São Luís. Segundo a Presidenta da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado, o evento teve por objetivo o debate e a troca de idéias na perspectiva de oferecer um melhor atendimento às partes dos inúmeros processos da Caixa que estão na Justiça Federal. “A Ajufer tem procurado organizar os debates com representantes de outros segmentos para proporcionar a oxigenação em nossos pensamentos e diretrizes”, resumiu.

A abertura do evento foi realizada no Convento das Mercês, um local inaugurado em 1654 pelo Padre Antônio Vieira e que hoje abriga a Fundação da Memória Republicana. Entre as inúmeras autoridades que participaram da solenidade estavam o Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias, a Juíza Federal que preside a

Ajufer, Solange Salgado, o Senador Edson Lobão, a Diretora do Foro da SJMA, Rosimayre Carvalho, o Prefeito da cidade, Tadeu Palácio, e os Desembargadores Federais Olindo Menezes, Cândido Ribeiro e Fagundes de Deus.

A conferência magna da noite ficou a cargo do Senador Edson Lobão. Ele falou sobre a realidade do Poder Judiciário e afirmou ser o atual ordenamento jurídico do Brasil complexo e ultrapassado; no entanto parabenizou o TRF da 1ª Região pela implantação do Juizado Federal Virtual, que considerou ser uma das alternativas para a modernização do sistema processual brasileiro. “Os magistrados da 1ª Região estão atentos à realidade do País”, afirmou.

No segundo dia do evento foram ministradas palestras sobre “Principais Aspectos do SFH, PAR/SFI”, “Sistema Financeiro de Habitação” e “Antecipação de Tutela nas questões do SFH”. As palestras foram proferidas pelos Desembargadores Federais Olindo Menezes, Cândido Ribeiro e Souza Prudente. À tarde, o Desembargador Federal Ítalo Mendes coordenou um *workshop*, que, dividido em dois grupos, tratou sobre Sis-

tema Financeiro de Habitação e Ação Monitória. No final da tarde foram votados os enunciados (veja quadro).

A manhã do último dia do evento foi destinada ao debate sobre Juizados Especiais Federais. O Coordenador-Geral dos JEFs, Ministro Ari Pargendler, a Coordenadora dos Juizados na 1ª Região, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, e o Presidente Catão Alves tiveram a oportunidade de ouvir dos próprios juízes que atuam nos Juizados de cada estado da 1ª Região relatos sobre a realidade local. Após o debate, o Presidente Catão Alves encerrou o evento com a palestra “O Judiciário e a Imprensa”.

Em suas palavras finais, tanto a Presidenta da Ajufer, Solange Salgado, como a Diretora do Foro da Seccional Maranhense, Rosimayre Carvalho, agradeceram a participação de todos e lembraram o quanto é importante a realização de parcerias para garantir o sucesso de eventos como esse.



## ENUNCIADOS APROVADOS PELO GRUPO 1 – SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

1. Na forma da jurisprudência do TRF–1ª Região, nos contratos em que há cobertura do FCVS, a União é litisconsorte passivo necessário do agente financeiro.
2. Em ações em que o mutuário discute matéria de fato quanto à correta aplicação das regras do contrato, a produção de prova é indispensável.
3. O PES, como critério de reajuste das prestações, é insuscetível de utilização como forma de atualização do saldo devedor.
4. A concessão de tutela de urgência que defere o depósito pressupõe oferta em quantia razoável, observadas as circunstâncias peculiares da causa.

## ENUNCIADOS APROVADOS PELO GRUPO 2 – AÇÃO MONITÓRIA

1. É cabível citação por edital na ação monitoria
2. Ao revel, citado por edital na ação monitoria, deve ser nomeado curador especial para oposição de embargos (art.9º, II).
3. É do embargante o ônus da prova nos embargos monitorios, sendo cabível sua inversão nas hipóteses previstas no CDC.
4. É cabível a adoção do procedimento monitorio contra a Fazenda Pública, não lhe concedendo os benefícios do art. 188, do CPC, submetendo-se às regras do art. 100 da Constituição da República.
5. Em se tratando de execução, decorrente de mandado monitorio, é cabível a requisição judicial de informações à Receita Federal e às instituições financeiras, desde que esgotadas, por parte do credor, as diligências para localizar bens penhoráveis do devedor.



# JUSTIÇA ITINERANTE SOBRE RODAS

Uma solenidade de grande importância para o exercício da cidadania no interior do País marcou mais uma das iniciativas da Justiça Federal da Primeira Região

Na tarde do dia 9 de setembro, o estacionamento do Edifício-Sede do TRF-1ª Região esteve lotado de autoridades, servidores e curiosos que desejavam conhecer de perto as duas unidades móveis adquiridas pelo Tribunal, que vão impulsionar o Projeto dos Juizados Especiais Federais Itinerantes: A Justiça vencendo distâncias.

O evento registrou o lançamento oficial das duas carretas que receberam, além da pintura personalizada nas cores verde e amarelo, as logomarcas da 1ª Região e dos Juizados Itinerantes. Na ocasião, a expectativa e a emoção de todos os presentes impulsionaram a curiosidade de visitar e conhecer o interior das carretas, adap-

tadas com salas, cozinha, banheiro, mobiliário e equipamentos de informática diretamente conectados com o banco de dados do Tribunal.

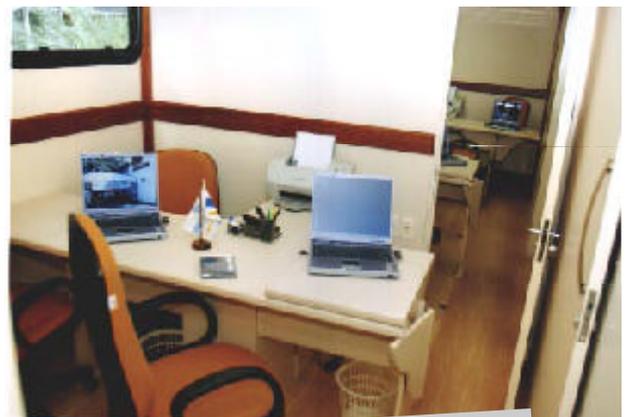
A abertura da solenidade, presidida pelo Presidente Catão Alves, aconteceu ao som do Hino Nacional executado pela banda da Base Aérea de Brasília e contou com a presença da Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, do Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias, do Corregedor-Geral Aloísio Palmeira Lima, de Desembargadores e Juizes Federais, do Secretário-Geral Mário de Santana, do Diretor-Geral Alcides Diniz e de outros administradores da

Casa. Também estiveram presentes o Secretário do Orçamento Federal, Marcus Vinícius, advogados da União, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, parceiro do Projeto, e demais autoridades.

Num breve discurso, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, emocionada, revelou ser o momento mais um passo na democratização da Justiça, “o Juizado Itinerante terrestre com as carretas é apenas um de nossos projetos em favor das vítimas da exclusão social”, afirmou. A magistrada lembrou aos presentes outro importante objetivo da iniciativa, que é o de educar a população quanto ao exercício da cidadania, “maior que a distância geográfica



Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Presidente Catão Alves, Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias, Corregedor-Geral Aloísio Palmeira e Padre Carlos Aleixo



Interior da carreta dos JEFs

é a ignorância dos seus direitos”, afirmou.

Após a cerimônia de bênçãos realizada nas carretas pelo padre Carlos Aleixo, os presentes ouviram atentos o discurso do Presidente Catão Alves, que narrou as dificuldades e obstáculos encontrados para colocar em prática o Projeto dos Juizados até a aquisição das carretas. Na oportunidade, o Presidente destacou o empenho de todos os Juizes Federais, entre eles, os que tomaram posse no último concurso, do Diretor-Geral, Alcides Diniz, na busca incansável de recursos orçamentários para a viabilização dos Juizados Itinerantes, e do Vice-Presidente, Carlos Fernando Mathias, nos

momentos em que exerceu a Presidência.

O Presidente agradeceu, ainda, o apoio e o patrocínio do Banco do Brasil, referiu-se à Coordenadora dos JEFs, Desembargadora Selene, como “incansável colaboradora do Projeto” e destacou a sensibilização da Corte, revelando ao final: “sem polêmica, autorizou a conversão de uma vara federal em Minas Gerais”.

Em seguida, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida cortou um bolo feito especialmente para a comemoração. No mesmo dia, as carretas seguiram para a cidade de Ipatinga, em Minas Gerais, para a prestação de serviços junto aos jurisdicionados e

inauguração dos veículos.

O momento foi aguardado com festa pela população local e, no dia 11 de setembro, foi iniciada a fase de atermações, a que se destina uma das carretas. A outra, destinada à fase de audiências, estará atuando em 30 dias.

Ao término de três dias de atermações, as unidades móveis seguiram para seis cidades do interior de Minas: Governador Valadares, Teófilo Otoni, Araçuaí, Montes Claros, Janaúba, Porteirinha e Espinosa, iniciando, assim, o caminho para alcançar o nobre objetivo de percorrer as cidades do interior dos 14 estados que integram a maior Região da Justiça Federal.



Reverendo Carlos Aleixo faz cerimônia de bênçãos nas carretas



Juizes Federais prestigiam o evento



Diretor do Foro da SJDF, Hamilton de Sá Dantas, Presidente da Credisutri, Dr Miguel, Diretor-Geral Alcides Diniz, Diretor da Secretaria de Planejamento Estratégico (TCU), Dr Raimundo, Secretário-Geral Mário Santana

### População de Ipatinga conhece carreta dos JEFs

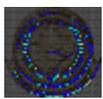
Grande festividade marcou a inauguração das unidades móveis dos Juizados Especiais Federais itinerantes na cidade de Ipatinga/MG, dia 11 de agosto, a partir das 10 horas até à tarde.

A solenidade teve abertura com os discursos do Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Catão Alves, e da Coordenadora dos JEFs da 1ª Região, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, que falaram sobre a importância da iniciativa.



Estiveram presentes o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Francisco de Assis Betti, e a Coordenadora dos JEFs, no Estado, Luciana Pinheiro, autoridades locais, juizes federais, procuradores estaduais. Também presentes, Jacques de Oliveira Pena, o Presidente da Fundação Banco do Brasil, com a qual o Tribunal firmou parceria para execução do projeto, Ricardo Newman, do Banco do Brasil e o Diretor-Geral do Tribunal, Alcides Diniz. Além do Deputado Federal João Magno, natural de Ipatinga, que, em sua fala, ressaltou o trabalho transformador da Justiça Federal de fazer a justiça chegar aos povos excluídos e destacou o relevante trabalho da Assessora Parlamentar do Tribunal, Helga Jucá.

A população participou maciçamente do evento, ficando surpresa com a estrutura montada pela Justiça Federal.



# Juizados Especiais Federais Itinerantes levam cidadania e justiça a regiões longínquas

Previstos no art. 22, parágrafo único, da Lei 10.259/01, e instituídos pela Portaria Presi 600-381, de 29/04/2003, os Juizados Especiais Federais Itinerantes da Primeira Região conduzem magistrados e servidores da Justiça Federal a várias cidades do interior dos estados, levando, com eles, a justiça àqueles que mal sabem da existência do Judiciário, seja pela falta de informação, seja pela ausência de condições materiais.

Em geral, a equipe de um JEF itinerante, na fase de atermação, é cons-

tituída por juízes, atermadores, técnicos em Informática, seguranças, estagiários, todos identificados por crachás e caracterizados com as camisetas dos juizados. Nesse momento, há o atendimento inicial à população, quando são recebidos documentos e registrados os pedidos dos interessados, dando-se, em seguida, entrada nos processos.

A segunda fase, destinada a audiências de conciliação, instrução e julgamento, conta, ainda, com o defensor das partes e o secretário de audiên-

cias. Máquinas, equipamentos e veículos também são deslocados para o lugar de realização do Juizado.

A divulgação dos JEFs itinerantes é feita por rádios comunitárias, carros de som e afixação de cartazes.

De julho a setembro deste ano, foram percorridas cidades do interior dos estados do Acre, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso, Pará, e Rondônia. Confira cinco deles e, na próxima edição, saiba sobre outros JEFs itinerantes.

## RONDÔNIA

Nos dias 16 e 17 de julho, foi realizada a fase de atermação dos Juizados no Município de Cacoal/Rondônia, escolhido em razão de sua localização geográfica privilegiada.

Sob a coordenação do Juiz Federal Francisco Martins Ferreira, foram ajuizados 307 processos. A fase de audiências desse juizado aconteceu de 15 a 19 de setembro.

Cacoal fica na região centro-sul do Estado, no eixo da BR-364, única via federal que corta a região amazônica de Rio Branco/AC a Cuiabá/MT, passando por Rondônia. Da capital, Porto Velho, até Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, essa estrada apresenta vários trechos com o asfalto bastante danificado, prejudicando o tráfego natural. No trecho entre Porto Velho e Cacoal existem vários quilômetros de difícil tráfego, mais precisamente entre os municípios de Ji-Paraná e Cacoal, e gastam-se aproximadamente três horas para percorrer 100 km. Cacoal dista cerca de 480 km da capital, Porto Velho. O percurso é realizado em 7 a 8 horas, dependendo do tipo de veículo.

## ACRE



No período de 04 a 08 de agosto, aconteceu a 1ª Etapa do Juizado Especial Federal Itinerante em Xapuri e Brasiléia, no estado do Acre. As cidades compõem a Regional do Alto Acre, juntamente com os municípios de Assis Brasil e Etipaciolândia.

As atermações do JEF itinerante no Acre alcançaram um número de 1.138 pessoas atendidas, dando origem a 307 processos, sendo 299 ações previdenciárias, sob a coordenação do Juiz Federal Rogério Volpatti Polezze.

Na segunda fase, quatro juízes da Seção Judiciária local atuaram em Brasiléia. Três desses magistrados, na primeira semana, de 15 a 19 de setembro; na semana seguinte, de 22 a 26 de setembro, dois dos magistrados. As audiências dos feitos de Xapuri ficaram para novembro, no período de 10 a 19.

Muitos habitantes de Xapuri que trabalharam na extração da borracha e da castanha regionais são os autores de quase 90% das ações previdenciárias relativas à "pensão da borracha". Brasiléia faz fronteira com a Bolívia, e parte de seus habitantes são filhos de pai e mãe brasileiros nascidos no Peru ou na Bolívia.

## BAHIA

A população da cidade de Vitória da Conquista foi a primeira beneficiada com o projeto do Juizado Federal Itinerante da Bahia.

A primeira etapa do Juizado Itinerante, atermações, foi realizada no período de 25 a 27 de agosto. Ao todo, foram atendidas 666 pessoas, sendo realizadas 476 atermações. As ações retornarão a Salvador, onde serão autuadas e processadas no período de 10 a 14 de novembro. Juízes federais estarão naquela cidade para a realização das audiências. A equipe foi coordenada pelo Juiz Federal José Valterson de Lima.

## MATO GROSSO

No dia 25 de agosto, o Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes esteve presente à solenidade comemorativa de instalação do Juizado Especial Federal Itinerante de Mirassol D'Oeste, onde proferiu a palestra "Desafios da Jurisdição no limiar do 3º milênio".



O JEF itinerante teve as atermações realizadas de 25 a 29 de agosto. Sob a coordenação do Juiz Federal Gustavo Moreira Mazzili, foram ajuizados 323 processos. As audiências serão de 27 a 31 de outubro.

## PARÁ

Nos dias 27 a 29 de agosto foi realizada a primeira etapa do 2º Juizado Especial Federal Itinerante na cidade de Barcarena, no Pará, que contou com a presença do Juiz Federal, Coordenador-Geral do JEF/PA, Neian Milhomem Cruz. Durante os três dias foram atendidas 485 pessoas e atermados 253 pedidos. Também foram beneficiados os moradores das cidades de Abaetetuba, Acará, Igarapé-Miri e Moju.

A segunda etapa ocorrerá no período de 27 de outubro a 14 de novembro de 2003, com previsão de realização de 225 audiências.

## JEFs de Minas são ampliados

No dia 09 de setembro foi assinada a Resolução 600-009, que dispõe sobre a transformação da 1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais em vara de Juizado Especial Federal e organiza o funcionamento dos JEFs.

Com a medida, os juizados de Minas Gerais dobram sua capacidade de atendimento à população.

No dia 12 de setembro, em solenidade aberta pelo Presidente do TRF da 1ª Região, Catão Alves, foram inauguradas as novas instalações dos Juizados Especiais Federais em Minas Gerais, com 860m<sup>2</sup> de extensão.

Com as novas instalações, em vez de três, serão seis os guichês de recepção de reclamações. Além disso, o número de juízes e servidores também será multiplicado por dois. Também será criado mais um juizado, o quarto, e abertas outras três salas de audiências, dando maior rapidez aos julgamentos.

As novas instalações vão contar, ainda, com setor de protocolo e distribuição de processos próprio, evitando deslocamentos à sede da Justiça Federal, sala para advogados e sala especial de audiências para os que têm dificuldade de locomoção.

## Comemorações em Rondônia

A Justiça Federal de Rondônia completou 20 anos de instalação; e os Juizados Especiais Federais do Estado, um ano de funcionamento. As comemorações foram nos dias 12 e 13, na Sede da Justiça Federal em Porto Velho.

No dia 13, finalizando as comemorações, aconteceu um ciclo de palestras com o apoio da Caixa Econômica Federal, Eletronorte e Vivo. Um dos temas abordados foi "Juizados Especiais Federais – uma nova Justiça".

Em pronunciamento, o Presidente Catão Alves ressaltou que os JEFs têm a mesma importância para a Justiça que o Programa Fome Zero está tendo para o atual governo brasileiro. Também participaram da palestra a coordenadora dos JEFs da 1ª Região, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, e o presidente do Juizado Especial em Rondônia, Juiz Federal Substituto Francisco Martins Ferreira.



# Inaugurado Núcleo de Atendimento na Bahia

O Presidente Catão Alves participou dia 20 de agosto, em Salvador, da solenidade de inauguração do Núcleo de Atendimento ao Judiciário-NAJ.

O Núcleo nasceu de uma parceria entre o Tribunal de Justiça da Bahia, de onde veio a iniciativa, e o TRE, TRT-5ª Região e Justiça Federal da 1ª Região, na prestação de serviços aos jurisdicionados baianos.

O Presidente do TJ baiano, Carlos Alberto Cintra, abriu a solenidade, que contou com a presença do Coordenador do Núcleo, João Santana, da Juíza Dolores Correia Vieira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, do Desembargador Manoel Moreira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, do Corregedor-Geral do TRF, Aloísio Palmeira Lima, do Diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Juiz Federal Evandro Reimão dos Reis, e de outras autoridades jurídicas e públicas.

Na ocasião, cada representante das instituições parceiras fez breve discurso, ressaltando a importância do contrato. Em suas palavras, o Presidente Catão afirmou que a oportunidade representa para a Justiça Federal a possibili-

dade de levar aos jurisdicionados da Bahia, principalmente aos menos favorecidos, a condição de cidadão.

Segundo o Diretor do Foro, Evandro Reimão, a proposta do NAJ é melhorar a capacidade de atendimento do Juizado Especial Federal Cível e dos demais ser-



Presidente Catão Alves e Presidente do TRE de Salvador, Manoel Moreira, descerram a placa de inauguração do NAJ

viços da Seção Judiciária da Bahia.

Após a assinatura do contrato e da ata, os novos parceiros descerraram a placa de instalação do Núcleo de Atendimento, que vai funcionar de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, no *shopping* popular

Baixa dos Sapateiros.

## Juizado irá atuar no NAJ

O Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia atuará no Núcleo de Atendimento ao Judiciário-NAJ, prestando ao público externo os serviços de atenuação, protocolo, consulta processual e solicitação de certidões.

O serviço passa a ocorrer, exclusivamente, no NAJ ou no Sindicato dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, localizado na Praça da Sé, naquela Capital, antes era realizado no Fórum Teixeira de Freitas, sede da Justiça Federal em Salvador.

Consultas de processos em andamento poderão ser realizadas, pessoalmente, na sede do Juizado Federal em Salvador, ou pela *Internet*, no endereço [www.ba.trf1.gov.br/jefcivel](http://www.ba.trf1.gov.br/jefcivel). Audiências designadas nos processos também acontecerão em sua sede.

**Serviços oferecidos pela Justiça Federal no NAJ:** Atermação do Juizado Especial Federal Cível, Consulta processual, Protocolo, Solicitação de certidões.

**Horário de atendimento:** em dias úteis, das 9h às 18h. Telefones para contato: (71) 322-9887 e 321-0461.

# Lançada segunda edição de revista jurídica

Na tarde de 20 de agosto aconteceu o lançamento da 2ª edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária da Bahia, no auditório Ministro Dias Trindade, na sede da Seccional.

Compuseram a mesa, na solenidade, O Presidente Catão Alves, o Diretor do Foro, Juiz Federal Evandro Reimão dos Reis, o Corregedor-Geral da Primeira Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, o Procurador-Chefe da AGU, Henrique Galvão, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, Cláudio Gusmão, o Superintendente da Polícia Federal Regional, Silvan Santos, o Presidente da OAB baiana, Thomas Bacellar da Silva, e o Coordenador da Defensoria Pública da União na Bahia, Ricardo Wanderley. Na ocasião, estiveram pre-

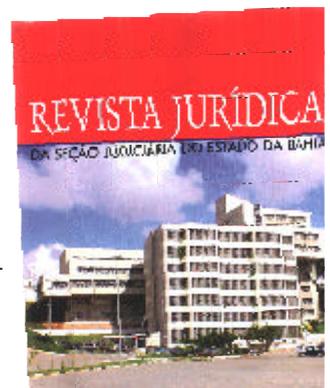
sentes, ainda, magistrados federais, diretores administrativos e servidores da Casa.

Em discurso, o Diretor da Seccional, Juiz Federal Evandro Reimão, agradeceu o apoio de todos aqueles que se empenharam para realização e confecção do trabalho, especialmente o do Desembargador Federal Catão Alves, que solicitou a interrupção dos trabalhos agendados na gráfica do Tribunal para que o lançamento da revista ocorresse como previsto.

Na oportunidade, o Presidente do TRF elogiou a iniciativa da SJ da Bahia, destacando que a revista, além de ser um veículo próprio de divulgação, é a prática do aprendizado que magistrados federais adquirem com a reciclagem por meio dos estudos de Doutorado e Mestrado. Um coquetel foi servido a to-

dos os presentes e encerrou o evento.

A Primeira edição da Revista foi lançada no dia 5/11/2002, durante a sessão solene em comemoração do **35º aniversário de Reinstalação** da Justiça Federal na Bahia, com uma tiragem de 1.000 exemplares. Já a segunda teve a tiragem de 600 exemplares, que estão sendo distribuídos às diversas unidades da Seccional, aos órgãos do Poder Judiciário locais e nacionais, às universidades e faculdades com cursos de Direito no Estado da Bahia, e às bibliotecas de órgãos jurídicos.



# VI Concurso Nacional de Monografias

## Tribunal e Banco do Brasil premiam os vencedores

No dia 29 de agosto, no Salão Nobre do Tribunal, foi realizada a entrega dos prêmios aos vencedores do VI Concurso Nacional de Monografias, realizado pelo TRF da 1ª Região com o patrocínio do Banco do Brasil.

Os vencedores receberam das mãos do Desembargador Federal Presidente, Catão Alves, também presidente da Comissão Julgadora, os certificados e os cheques simbólicos referentes à premiação em dinheiro. Estavam presentes, entre outras autoridades, os Ministros Aldir Passarinho (STF) e Aldir Passarinho Júnior (STJ), os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Tourinho Neto, Cândido Ribeiro, Selene Maria de Almeida, Daniel Paes Ribeiro e Osmar Tognolo (aposentado), além do Vice-Presidente da OAB/DF, Carlos Mário Veloso Filho.

O Concurso acontece anualmente e teve 88 inscritos. A Comissão Executiva apurou a inscrição de 28 candidatos na categoria Universitário e 60, na

Profissional.

A Comissão Julgadora foi composta pelo Presidente Catão Alves, pelo Mi-



Os vencedores Carlos Henrique Haddad, Antônio Carlos Ozório, Ana Flávia Penna, Leandro Waldir, Maydano Fernandes e Jorge Ferraz Júnior

nistro Antônio de Pádua Ribeiro, do STJ, pelos Desembargadores Federais do Tribunal Jirair Aram Meguerian e Selene Maria de Almeida, e pelo Consultor Jurídico Geral do Banco do Brasil, João Otávio de Noronha.

Confira abaixo os vencedores e a premiação:

→ Categoria Universitário – Tema: O exercício da cidadania e os Juizados Especiais Federais

1º lugar (cinco mil reais): Jorge Ferraz de Oliveira Júnior – Brasília-DF

2º lugar (dois mil reais): Maydano Fernandes de Miranda – Rio Branco – AC

3º lugar ( mil reais): Leandro Waldir de Paula – Franca –SP

→ Categoria Profissional – Tema: Terrorismo, repressão e repercussão nas garantias dos direitos humanos.

1º lugar (doze mil reais): Ana Flávia Penna Velloso – Paris (França)

2º lugar (seis mil reais): Antônio Carlos Ozório Nunes – Taubaté – SP

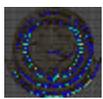
3º lugar (quatro mil reais): Carlos Henrique Borlido Haddad – Belo Horizonte – MG

A classificação dos demais candidatos foi disponibilizada na *home-page* do Tribunal.

Os concursos anteriores tiveram os seguintes temas:

Categoria	Temas		
	1996	1997	1998
Profissional	O Sistema Punitivo e os Anseios Populares	A Reforma do Poder Judiciário	A Independência e Harmonia nos Poderes, no Brasil de Hoje
	2000	2001	2002
	O Crime Organizado	Improbidade Administrativa e a Atuação do Ministério Público	Terrorismo, Repressão e Repercussão nas Garantias dos Direitos Humanos

Categoria	Temas		
	1996	1997	1998
Universitária	A Justiça, a Lei e os Novos Movimentos Sociais	A Reforma do Ensino Jurídico	Importância do Direito Ambiental
	2000	2001	2002
	A Corrupção nos Órgãos Governamentais e nas Empresas	A Razão da Prisão Provisória	O Exercício da Cidadania e os Juizados Especiais Federais



# Seções Judiciárias

RR RR **RORAIMA** RR RR

## Convênio

A Seção Judiciária celebrou convênio com a Universidade Federal de Roraima, tendo como objeto o apoio mútuo em áreas técnicas, culturais e educacionais e o suporte de mão-de-obra. O chamado convênio “guarda-chuva” exigirá termos aditivos para cada ação pretendida.

RO RO **RONDÔNIA** RO RO

## Justiça Federal doa carros para Centro do Menor

Dois veículos – um Prêmio SL e um Opala Diplomata – considerados sem utilidade à administração pública foram doados pela Seção Judiciária de Rondônia ao Centro do Menor, uma instituição de formação de jovens carentes mantida pela Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, em Porto Velho/RO. Os automóveis serão utilizados para treinamento na oficina de funilaria, pintura e mecânica a ser inaugurada em outubro.

A entrega das chaves foi realizada pelo diretor do Foro, Juiz Federal Substituto João Carlos Cabrelon de Oliveira, ao padre Marcelo Bertolusso. Na ocasião, o magistrado destacou “a importância social do trabalho desenvolvido pelo Centro do Menor” e lembrou que a Justiça Federal tem priorizado ações que permitam maior interação com a comunidade jurisdicionada, “que é nosso objetivo maior”.

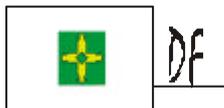
Os automóveis tinham aproximadamente 12 anos de uso, e o conserto de ambos (mais de 3 mil reais em média) oneraria os cofres públicos num valor superior ao de sua avaliação no mercado, o que permitiu a alienação por doação em face de terem manutenção e recuperação de alto custo. Através de um processo, o Centro do Menor foi selecionado.



## Decisões das Seções Judiciárias em Destaque

### IPCA será o novo índice de reajuste dos serviços de telefonia fixa

Considerada abusiva a aplicação do IGP-DI para atualização do valor das tarifas dos serviços telefônicos fixos comutados, decidiu, em 11 de setembro, o Juiz Federal Substituto da 2ª Vara do DF, Rodrigo Navarro de Oliveira, pela aplicação do IPC-A, Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Acrescentou que este também será o critério para reajuste do valor dos serviços de interconexão.



Em discussão que versa sobre o índice de reajuste das tarifas de serviço de telefonia a ser aplicado pelas concessionárias de serviço público, o Juiz Federal considerou que o IGP-DI não reflete adequadamente a variação inflacionária do período, não se adequando ao pleno atendimento dos usuários. O IGP-DI, estabelecido pela Fundação Getúlio Vargas, além de não apresentar indexadores ligados ao preço do serviço telefônico, apresenta variação superior a 100% em relação a outros índices no mesmo período, o que caracteriza “obrigação excessivamente onerosa ao consumidor”, segundo o Magistrado.

Na decisão, o Juiz Federal incumbiu a ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, de informar as empresas concessionárias de serviços de telefonia da obrigatoriedade de cumprirem os novos parâmetros de reajuste das tarifas de telefonia fixa, ou seja, de aplicarem a variação do IPC-A para majoração máxima de tarifas dos serviços.

### Banqueiro é preso por crime contra o sistema financeiro

O banqueiro Tasso Assunção Costa, dono das empresas do Grupo Hércules, Mercantil Veículos e Consórcio Mercantil, foi condenado, juntamente com o filho Cláudio de Araújo Assunção Costa, à prisão por crime contra o sistema financeiro, gestão fraudulenta, além de empréstimos ilegais feitos entre as empresas do Grupo Hércules.



O mandado de prisão foi expedido pelo Juiz da 9ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais, Francisco de Assis Betti, depois de o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça terem confirmado o envolvimento do empresário nas fraudes. Preso em 27 de agosto, havia sido denunciado em 1998 pelo Ministério Público, mas respondiam em liberdade, enquanto recursos tramitavam pelas instâncias superiores.

### Justiça Federal homologa acordo entre comunidades indígenas

As comunidades indígenas já podem decidir sobre a permanência de posseiros em áreas demarcadas e homologadas. A decisão do Juiz Federal Helder Girão Barreto, ao analisar processo onde as comunidades de São Jorge e do Barro discutiam sobre a permanência do fazendeiro João Oliveira da Silva em área por ele adquirida em abril último, na região do Surumu, reafirma o conceito de emancipação, já admitido pelo magistrado ao considerar emancipado, em junho passado, o wapixana Alfredo da Silva, em sentença inédita nos meios forenses brasileiros. A decisão, tomada em audiência, não reconhece, ainda, a legitimidade e interesse de a União, a Funai e o Ministério Público decidirem contrariamente ao acordo firmado entre os próprios indígenas.



O juiz usou a autonomia dos povos indígenas no uso de sua terra, determinada pela Constituição de 1988, para justificar a homologação do acordo. A comunidade de São Jorge concordava com a presença do fazendeiro na área, enquanto as lideranças da comunidade do Barro exigiam sua retirada imediata do local. Na primeira audiência realizada, as posições se mantinham. O magistrado deu um prazo para os líderes se entenderem. Na audiência de quinta-feira, 28, as duas comunidades apresentaram uma proposta de consenso: o posseiro deixará a área, mas apenas após receber a indenização pelas benfeitorias existentes no imóvel. Até lá, está mantida a determinação judicial anteriormente tomada de não se fazer qualquer movimento na área que traga prejuízo ou intranquilidade ao posseiro.

A decisão amplia o conceito de emancipação indígena, antes restrito, em sentença judicial, ao caso de Alfredo da Silva. O acordo abre perspectivas para outros do gênero. Nem sempre as opiniões das comunidades são as mesmas. Ao resolver o problema em âmbito interno, as lideranças criaram condições para a reafirmação de seus direitos constitucionais.

# Conflitos

Nádia B. da Cruz Santana. Psicóloga, psicodramatista e psicoterapeuta. Encarregada do Setor de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal

Uma vez que o conflito é inerente às relações sociais, você, leitor, queira ou não, acabará por se envolver em uma situação conflituosa. Durante a sua vida, você talvez tenha aprendido a usar o seu “lado observador”, que é um lado que olha para os outros e para si mesmo e não julga, critica ou elogia, apenas constata.

Quando for observar uma situação, utilize o seu lado observador, verifique o foco do problema e pergunte-se: Em termos do *relacionamento*, trata-se de contatos pessoais ou grupais? O *ambiente* em que ocorre o conflito, é interno ou externo? O diagrama a seguir demonstra as quatro possibilidades de conflitos decorrentes de suas respostas.



As respostas a essas perguntas, como começamos a ver na parte 1 deste artigo, não são tão fáceis como parecem a primeira vista. Você pode já ter percebido que os tipos de conflitos estão em ordem crescente de complexidade, e que esta ordem, de certa forma, acompanha o nível de maturidade dos indivíduos, que, à medida que vão se desenvolvendo, tendem a lidar com problemas cada vez mais complexos.

É importante salientar que o desenvolvimento é visto como um espiral. Continuamente somos requeridos a “iniciar” um processo por conta das mudanças que ocorrem na vida. Uma nova situação sempre requer nova aprendizagem para uma atuação espontânea e criativa. Muitos conflitos decorrem de ações que, embora tenham sido eficazes em um contexto, não foram revistas antes de serem utilizadas em outro. Não se pode garantir que um chefe, por ser um bom líder em um determinado grupo, estando habituado a lidar com problemas *intragrupais* de uma equipe, também o será em um grupo distinto. O novo grupo pode suscitar contato com conteúdos internos não muito bem elaborados do líder e demandar então uma ação relativa a um *conflito intrapessoal*

Um outro indicio para auxiliar a identificar o tipo de conflito é a *percepção de nossos esta-*

*dos emocionais*. Emoções e sentimentos são termos encontrados na literatura especializada para designar os estados emocionais, e, por vezes, aparecem como sinônimos. A forma mais usual de distinção entre ambos indica os sentimentos como estados generalizados, não-condicionados e não-programados, enquanto que as emoções são conceituadas como formas inatas de comportamento, que têm seus próprios caminhos para entrar em ação.

As emoções e os sentimentos são a nossa reação ao que percebemos e se expressam (1) no estado corporal e (2) no estilo e nível de eficiência do processo cognitivo.

A expressão física das emoções e sentimen-

tos muitas vezes aparece bem antes da pessoa ter consciência do que está sentindo. Embora a expressão corporal do sentimento varie de pessoa para pessoa e seja importante cada uma fazer um inventário que relacione seus estados corporais aos seus sentimentos, há aspectos que permanecem constantes para todos os indivíduos. Stanley Keleman, no livro “Anatomia Emocional” afirma que o organismo lida de duas formas com os perigos internos e externos – ou resiste ou cede, seguindo os princípios da expansão e contração. Nas respostas de resistir, as características corporais são de intensificação da expansão normal, movimento para fora, em direção ao mundo, como pode ser observado nas expressões do orgulho, medo, pânico, irritação, raiva, fúria e cólera. Nas respostas de ceder, as características corporais são de aumento da contração normal, movimento para dentro e de afastamento do mundo, como na expressão da tristeza, pesar, depressão, derrota, fraqueza, baixa auto-estima.

No que se refere ao estilo e nível de eficiência do processo cognitivo, António R. Damásio, no livro “O erro de Descartes – Emoção, razão e o cérebro humano”, afirma que essas alterações se referem à velocidade com que as imagens são formadas, eliminadas, examinadas e evocadas, assim como ao estilo de raciocínio efetuado sobre essas imagens.

Na próxima vez que estiver alegre, preste atenção em si mesmo. Seu estado corporal será de expansão, de movimento em direção ao mundo, com desinibição da eficiência motora, aumento de comportamentos exploratórios e possivelmente aumento de apetite. Em termos cognitivos, você poderá notar que muitas ima-

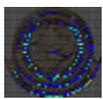
gens vão aparecendo rapidamente em sua cabeça e que diversas associações entre as imagens são feitas. Essas associações levam em conta uma maior variedade de indícios existentes nas imagens examinadas e o processo de inferência fica facilitado.

Quando você está triste, porém, o seu estado corporal é de contração, de voltar-se para si mesmo e de afastamento do mundo, com conseqüentes inibição motora, redução de apetite e de comportamentos exploratórios etc. Em termos cognitivos há uma lentidão na evocação de imagens, com concentração excessiva em imagens que mantêm a reação emocional negativa, a capacidade de inferência torna-se mais limitada e menos eficiente. A depressão é o extremo do modo cognitivo da tristeza.

Após identificar o que está sentindo, você se torna capaz de analisar melhor a situação. Quando, por ex., você percebe que está com medo, significa que detectou algo de ameaçador no ambiente. Essa percepção nunca deve ser desprezada. O medo não compatível com a situação sinaliza um conflito intrapessoal. Uma pessoa que está expressando raiva está indicando que há algo que a irritou e avisando para os outros manterem distância. A melhor maneira de lidar com a raiva é expressá-la para o alvo certo, mas nem sempre a mágoa ou a perda que a causou é claramente identificada e, portanto, se o raivoso não for você mesmo, a forma de agir em situação assim sempre requer cuidado.

Vejamos, então, exemplos de alguns dos sentimentos mais evidentes em cada tipo de conflito. (1) Intrapessoal: Incerteza, insegurança sobre sua participação no ambiente, angústia, arrogância, raiva de difícil contenção, medo que bloqueia a ação, dificuldade para lidar com a frustração; (2) Interpessoal: Tristeza, raiva, apatia, sentimento de perda, solidão, ansiedade, agressividade relacionada ao abandono, medo do diferente; (3) Intragrupal: Ciúme, inveja, ódio, isolamento, orgulho, vergonha, culpa, humilhação, medo de perder o que tem, desamparo e (4) Intergrupual: desejo de ser “o vencedor”, resignação, revanche, vingança, auto cobrança para conseguir atenção ou sucesso.

Com o treino, sua habilidade em perceber sentimentos em si mesmo e nos outros irá se ampliando e você se surpreenderá com a sua maior capacidade de compreensão do problema. Como conseqüência direta, será mais fácil identificar o tipo de conflito e, só assim, a sua ação será realmente efetiva. Agora, cabe a você se empenhar e investir em sua capacidade de lidar com situações difíceis. Seja persistente. Todos ao seu redor agradecerão!



## Gente em Destaque

# Quando o limite não é o limite

Servidor do Conselho da Justiça Federal desde 1989, Anésio Gomes de Sousa – ou, quando está nos palcos, Jair Sousa – é Chefe da Seção de Segurança do CJF e considera um de seus maiores prazeres a música. O cantor e compositor lança o seu primeiro CD “No Limite do Meu Coração”.

Nascido em Gonzaga, no interior do estado de Minas Gerais, Anésio, desde muito pequeno, tinha acesso à

música. Seu pai fabricava instrumentos de percussão, e seu avô era o único que possuía um rádio na vizinhança, que vivia sintonizado ao som de canções sertanejas de raiz. Com cinco anos, o pequeno gonzaguense era quem puxava a bateria da escola onde estudava no desfile de 7 de setembro. Com treze, mudou-se definitivamente para Brasília, onde começou a tomar aulas de violão. Antes de chegar à carreira solo, Anésio cantou em corais de igreja, participou de duas bandas *gospel* e foi segunda voz da dupla “Mineirinho e Potigúá”, que posteriormente passou a chamar-se “Joel e

Jair”. A dupla se desfez, mas Jair continuou com o nome artístico e não desistiu da vontade de gravar um CD. Totalmente independente, “No Limite do Meu Coração” foi produzido, dirigido e interpretado por Jair e tem como repertório onze músicas de sua autoria e uma faixa bônus com o *play back* da primeira música, “Pobre e Rico é Tudo Igual”.

O servidor-cantor segue uma linha sertanejo-romântica, embora seus *shows* e seu CD sejam ecléticos, com direito a tocar desde xote a bolero.

Depois de ter conseguido gravar o seu primeiro CD, a luta agora é para ter as suas músicas tocadas nas rádios e apresentadas nos programas de televisão. Segundo Jair, para ter as suas músicas tocadas nas rádios comerciais, os artistas precisam pagar o “jabá” e, na maioria das vezes, quem está começando não tem capital para isso. Enquanto suas músicas não podem ser ouvidas por meio das principais rádios comerciais, as comunitárias não hesitam em tocá-las. “As rádios comunitárias, ao tocar as músicas independentes, valorizam os artistas que estão começando.”

Para divulgar o seu trabalho e ganhar um público fiel, Jair já cantou até de graça. O último evento do qual participou foi o Arraiá da 17ª Companhia da Polícia Militar de São Sebastião, quando subiram ao palco também MC Serginho e Lacreia. Atualmente se pode escutar a voz de Jair nos barzinhos da cidade ou adquirindo o seu CD “No Limite do Meu Coração”, a venda nas Discotecas 2001, na Serjus – CJF, ASSTJ – STJ e Assejufe – TRF ou pelo telefone (61)99667982.

**“A música, pra mim, é uma terapia. Ganhando dinheiro ou não, eu vou continuar fazendo enquanto eu puder”**



## Cursos

A quem pretende desempenhar de forma mais eficaz seu trabalho ou adquirir novos e mais profundos conhecimentos para alargar seu horizonte profissional, o Idcesa – Cursos Jurídicos – está oferecendo para outubro os cursos “Responsabilidade Civil do Estado” e “Terceiro Setor”.

O professor Hércules Alexandre da Costa Benício, mestre em Direito e Estado pela Unb, ex-procurador da Fazenda Nacional, estará nos dias 7, 9 e 13 de outubro tratando sobre “Responsabilidade Civil do Estado”. Nos dias 14, 15 e 16 de outubro, o curso, intitulado “Terceiro Estado”, terá aula inaugural com o professor José Eduardo Sabo Paes, Procurador-Geral de Justiça do DF, Doutor em Direito pela Universidade Complutense – Madri, e as posteriores serão ministradas pelo professor Gladaniel P. de Carvalho, espe-

cialista em Direitos Humanos pela UnB e presidente da Associação dos Promotores de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Nacional. Maiores informações, pelo e-mail [fdc@idcesa.com.br](mailto:fdc@idcesa.com.br)

O Tribunal Superior do Trabalho – TST estará realizando Seminário de Cooperativas de Trabalho no dia 16 de outubro, às 9h, no saguão térreo do edifício-sede do próprio Tribunal. Os painéis a serem apresentados tratarão dos seguintes temas: “Trabalho associativo e recomendação nº193 da OIT”, “Cooperativas de trabalho experiências positivas e negativas”, “Cooperativas de trabalho projetos de lei em debate” e “Cooperativas de trabalho alternativa do trabalho sem emprego”. As inscrições poderão ser feitas pelo telefone (61) 3144430 e pelo e-mail [cerimonial@tst.gov.br](mailto:cerimonial@tst.gov.br).

# Projeto de Escolarização de Adultos

Em solenidade realizada no auditório, dia 17 de setembro, aconteceu a abertura do Projeto de Escolarização de Adultos, coordenado pelo Comitê de Responsabilidade Social do TRF-1ª Região. O projeto tem por finalidade a alfabetização dos prestadores de serviço que trabalham no Tribunal e não sabem ler e escrever. Na ocasião, em breve discurso, o Presidente do Tribunal Catão Alves ressaltou a importância de proporcionar cidadania aos prestadores de serviço do órgão por meio da alfabetização.

O Comitê de responsabilidade foi criado com o propósito de realizar projetos sociais no TRF da 1ª Região, dos quais também faz parte o “Tribunal Solidário”. O comitê, que está sob a coordenação de Sérgio Faria (Gabin) e de Nádya Santana (Direh), está vinculado ao

Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho do Tribunal (PGQVT).

Segundo Nádya Santana, o comitê de responsabilidade social atua em duas vertentes: a educação e a cidadania. O Projeto, que já conta com 18 alunos, é resultado de uma parceria com o Uniceub, que doou cadernos, lápis e borrachas e irá confeccionar os certificados para serem entregues aos participantes.

O curso de alfabetização é oferecido com a ajuda de voluntários do próprio Tribunal. Para a servidora Sônia Maria (Sutaq), que é a professora e uma das voluntárias, está sendo uma satisfação indefinível. “Além de ensinar, estou aprendendo muito com os alunos”, revelou. Um deles, o prestador de serviços José Bernardo de Souza, que trabalha nos serviços gerais do Tribunal, acha

o curso muito bom. “Estou aprendendo muito, e as professoras ensinam bem”. Sua esposa, Maria Selma de Brito Souza, diz também que o curso é “realização de um sonho grande e que as professoras têm paciência e explicam direitinho”.

A escolarização de adultos conta também com a ajuda de padrinhos. O primeiro a se voluntariar foi o Diretor-Geral Alcides Diniz, que, inicialmente, forneceu 50 reais e ficou comprometido a arcar com o vestuário de seu afilhado no dia da entrega do diploma. Hoje, os padrinhos são 11, faltando ainda sete para que cada aluno conte com um padrinho. **Quem quiser apadrinhar um aluno, basta entrar em contato pelo telefone 314-5164 ou pelos e-mails: [sergio.neto@trfl.gov.br](mailto:sergio.neto@trfl.gov.br), ou [nadia.santana@trfl.gov.br](mailto:nadia.santana@trfl.gov.br).**



1. Dirigentes e prestadores de serviços atentos às explicações sobre o funcionamento do Programa
2. Nádya Barbosa e Sérgio Faria, coordenadores do Programa
3. Alunos da 1ª Turma de Alfabetização, administradores e servidores do Tribunal



## Pro-Social

## Fundação Getúlio Vargas faz análise para o Pro-Social

O Pro-Social contratou a Fundação Getúlio Vargas para realizar a análise atuarial do Programa de Assistência aos Servidores do TRF da 1ª Região. A proposta da contratação de empresa especializada foi formulada pelo atual Representante dos Servidores, Paulo Cardoso, e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social.

Tornou-se uma necessidade o trabalho de especialistas em cálculo atuarial, que pudessem fornecer, após estudos detalhados, subsídios para melhor adequação do atual modelo do Plano de Saúde, devido ao fato de os serviços médicos, odontológicos e hospitalares oferecidos aos beneficiários do Programa estarem sofrendo os reflexos das frequentes elevações dos custos da saúde, do retraimento da verba recebida da União e da crescente demanda dos benefícios.

O objetivo principal é tornar a análise uma ferramenta de apoio capaz de avaliar o equilíbrio financeiro do Programa, elaborar projeções, realizar simulações de diversos cenários e propor os ajustes necessários à sua perenidade, sem deixar de estimar seus impactos dentro do plano.

O Contrato n. 001/2003/Pro-Social estabelece o prazo de 90 dias para a entrega do relatório final. Os trabalhos tiveram início no dia 15 de setembro, com a reunião entre a Secbe e a FGV, representada pelo atuário Paulo Tinoco. Na ocasião, foram transmitidas informações sobre a história do Pro-Social, debatidos alguns assuntos técnicos e relacionados os dados necessários aos cálculos a serem desenvolvidos para o Programa, cujo levantamento contará com a participação da Secin.



## Palestra



O Serviço Médico do Tribunal, sempre com a preocupação de promover eventos que debatam assuntos relativos à saúde e esclareçam as dúvidas mais frequentes, realizou, no dia 28 de agosto, a palestra “Hipertensão Arterial: A Importância da Atividade na Promoção da Saúde”.

O encontro teve início às 8h30min, quando os participantes que previamente mantiveram um jejum de 12 horas puderam fazer a aferição da pressão arterial e da massa corporal e examinar os índices de glicemia e colesterol capilares. Em seguida foi servido um saboroso e nutritivo café-da-manhã.

A palestrante, Suiara Pereira Teixeira, técnica desportiva da Unb, relatou sobre os benefícios que a prática de exercícios físicos pode trazer a pessoas que sofrem com a pressão alta. Além disso, mostrou que fugir do sedentarismo é um dos passos fundamentais para a prevenção do mal.

## Recadastramento 2003

Com o intuito de conhecer mais detalhadamente a situação do extenso quadro de servidores e pensionistas assistidos pelo Pro-Social, a Secbe, juntamente com as Seções de Benefícios Sociais–Sebes da 1ª Região, realizou, no mês de setembro, o recadastramento 2003 dos beneficiários do Programa.

Os inscritos que atuam no Tribunal tiveram até o último dia 30 para solicitarem o recadastramento mediante a apresentação, junto à Setabe, de um formulário e das documentações consideradas pendentes, disponibilizados na *Intranet*. Na página, o beneficiário também encontrou orientações para a correta identificação e preenchimento dos documentos necessários.

Agora, os dados serão submetidos a uma criteriosa análise, que consiste na comparação destes com aqueles encontrados na pasta do titular. Assim, as devidas modificações passarão por uma atualização, quando será verificada a validade das informações prestadas. Cabe lembrar que, nos casos de constatação de falta de documentos, será dado

ao beneficiário um prazo de 15 dias para sua regularização no Programa.

A atualização dos dados cadastrais permitirá uma elaboração de estudos mais precisos, que apontem as principais nuances e disparidades existentes entre as unidades federativas que compõem a 1ª Região, possibilitando, a partir daí, melhor administração dos recursos oferecidos pelo Pro-Social. A Diretora da Secbe, Sônia Maria Garcez Teixeira, destaca a importância do recadastramento: “Por meio das informações contidas nos formulários, poderemos averiguar a situação de nossos beneficiários e dependentes e, com isso, destinar os recursos do Programa a quem realmente necessita. A colaboração de todos com o recadastramento é imprescindível para a contínua melhoria e revitalização do Pro-Social”. Em breve, será divulgado aos beneficiários um relatório que apresentará a conclusão dos dados coletados durante o recadastramento 2003.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos com a Setabe, pelo ramal 214.

# Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

## Quadro I

### Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício

(Dados até 31/08/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
<b>I - Despesas Área Social</b>			
1 - Auxílio Alimentação	17.584.725,00		17.584.725,00
2 - Creche	2.308.272,00		2.308.272,00
3 - Auxílio Transporte	554.201,00		554.201,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		75.224,05	75.224,05
<b>Subtotal I</b>	<b>20.447.198,00</b>	<b>312.584,05</b>	<b>20.759.782,05</b>
<b>II - Despesas Médicas</b>			
1 - Consultas	1.001.119,04	736.860,29	1.737.979,33
2 - Exames Laboratoriais	650.767,64	478.988,83	1.129.756,47
3 - Exames Radiológicos	590.362,23	434.528,23	1.024.890,46
4 - Internações	2.537.027,33	1.867.345,07	4.404.372,40
5 - Psicologia	331.827,07	244.236,88	576.063,95
6 - TFD	-	121.507,40	121.507,40
7 - Outras	1.376.438,00	1.013.108,80	2.389.546,80
<b>Subtotal II</b>	<b>6.487.541,31</b>	<b>4.896.575,50</b>	<b>11.384.116,81</b>
<b>III - Despesas Odontológicas</b>			
1 - Dentisteria	418.005,45	307.667,33	725.672,78
2 - Prótese Dentária	574.254,12	422.672,08	996.926,20
3 - Periodontia	111.145,96	81.807,50	192.953,46
4 - Radiologia	111.951,36	82.400,31	194.351,67
5 - Endodontia	70.875,68	52.167,10	123.042,78
6 - Outras	280.281,12	206.297,17	486.578,29
<b>Subtotal III</b>	<b>1.566.513,69</b>	<b>1.153.011,49</b>	<b>2.719.525,18</b>
<b>IV - Despesas Área Administrativa</b>			
1 - Fenaserjus	-	1.433.309,95	1.433.309,95
2 - Seguro de Vida	-	239.793,51	239.793,51
3 - Passagens e Hospedagem	-	42.279,78	42.279,78
4 - Outras	-	101.779,69	101.779,69
<b>Subtotal IV</b>	<b>-</b>	<b>1.817.162,93</b>	<b>1.817.162,93</b>
<b>Total Geral</b>	<b>28.501.253,00</b>	<b>8.179.333,97</b>	<b>36.680.586,97</b>

Fonte: Divaf e Sepla

obs:

**Outras médicas:** fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

**Outras odontológicas:** consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

**Outras administrativas:** medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, Inss autônomos.

## Programa de Assistência aos servidores do TRF–1ª Região Demonstrativo de receitas e despesas (2003)

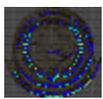
MÊS	UNIÃO			RECURSOS PRÓPRIOS								
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPEASAS	SALDO ANTERIOR	CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL	DESPEASAS	SALDO	
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00					5.987.133,79		5.987.133,79	
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	435.281,00	11.308.371,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17
fev/03	11.308.371,00		916.321,00	10.392.050,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22
mar/03	10.392.050,00		930.141,00	9.461.909,00	6.299.934,22	988.767,58	53.609,23	98.796,33	35.918,48	1.177.091,62	1.209.018,44	6.268.007,40
abr/03	9.461.909,00		994.827,00	8.467.082,00	6.268.007,40	998.393,81	50.325,51	101.840,43	29.958,90	1.180.518,65	1.275.951,77	6.172.574,28
mai/03	8.467.082,00		1.198.247,00	7.268.835,00	6.172.574,28	999.255,53	52.816,91	123.496,13	27.135,98	1.202.704,55	1.077.548,01	6.297.730,82
jun/03	7.268.835,00		1.083.729,00	6.185.106,00	6.297.730,82	1.212.557,96	46.568,63	112.326,06	29.369,26	1.400.821,91	810.604,70	6.887.948,03
jul/03	6.185.106,00		1.405.810,00	4.779.296,00	6.887.948,03	1.373.509,58	44.485,89	126.513,22	34.411,29	1.578.919,98	885.029,64	7.581.838,37
ago/03	4.779.296,00		1.089.702,00	3.689.594,00	7.581.838,37	1.315.646,58	44.234,09	19.848,15	59.616,74	1.439.345,56	883.505,61	8.137.678,32
set/03				-						-		-
out/03				-						-		-
nov/03				-						-		-
dez/03				-						-		-
<b>TOTAL 2003</b>		<b>11.743.652,00</b>	<b>8.054.058,00</b>	<b>3.689.594,00</b>		<b>8.875.087,78</b>	<b>408.517,58</b>	<b>775.094,72</b>	<b>271.178,43</b>	<b>16.317.012,30</b>	<b>8.179.333,98</b>	<b>8.137.678,32</b>

Fonte: Recursos União – Sepla; Recursos Próprios – Divaf.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio-Transporte.



Estadística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência

PRESIDÊNCIA — AGOSTO 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	77
Recurso Especial Admitido	310
Recurso Extraordinário Não Admitido	144
Recurso Especial não Admitido	219
Despachos Diversos	372
Decisão em Plantão	5
Suspensão de Segurança Deferida	8
Despacho Diverso em Suspensão de Segurança	2
Decisão Diversa em Suspensão de Segurança	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.138</b>

VICE-PRESIDÊNCIA — AGOSTO 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	97
Recurso Extraordinário Não Admitido	92
Recurso Especial Admitido	206
Recurso Especial Não Admitido	193
Corte Especial	3
<b>TOTAL</b>	<b>591</b>

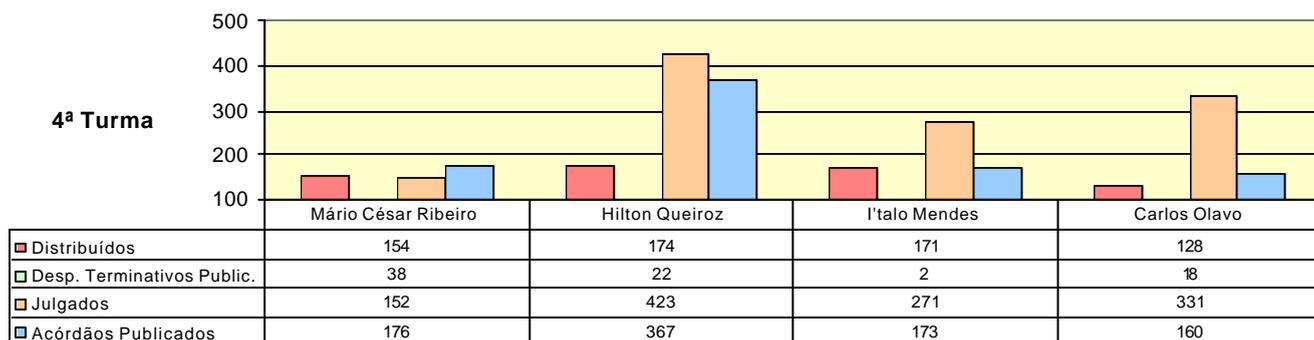
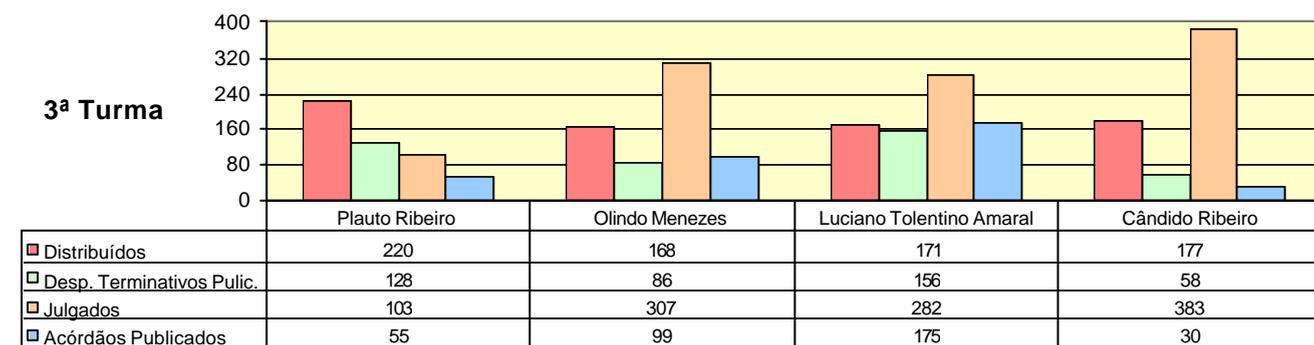
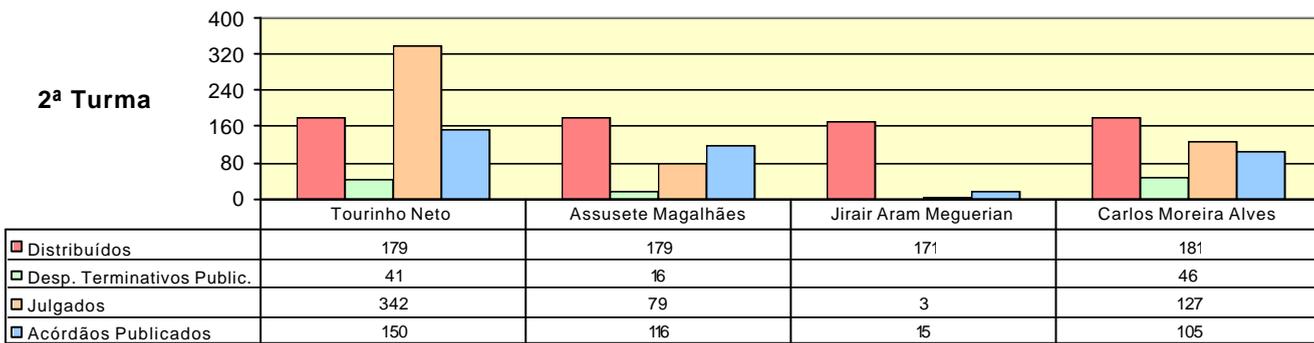
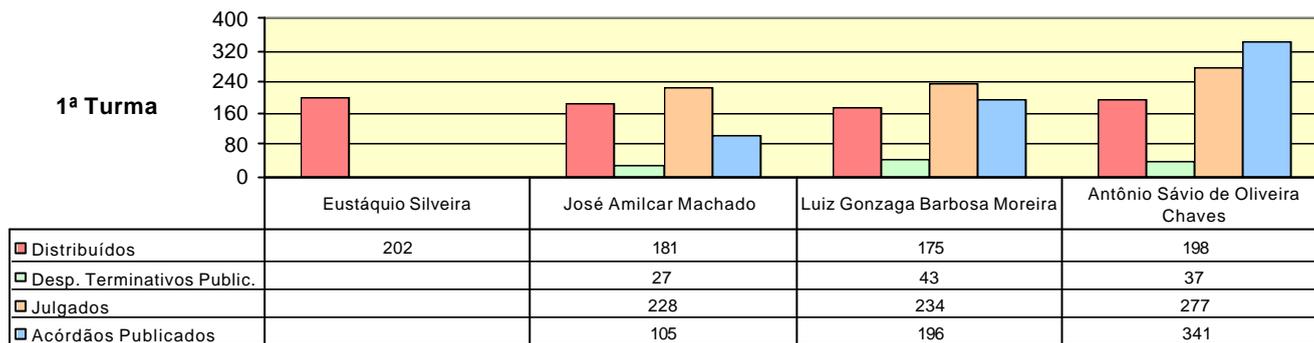
\* Dados Juris

Estadísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aesp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).

Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.

\* Dados fornecidos pela Asret

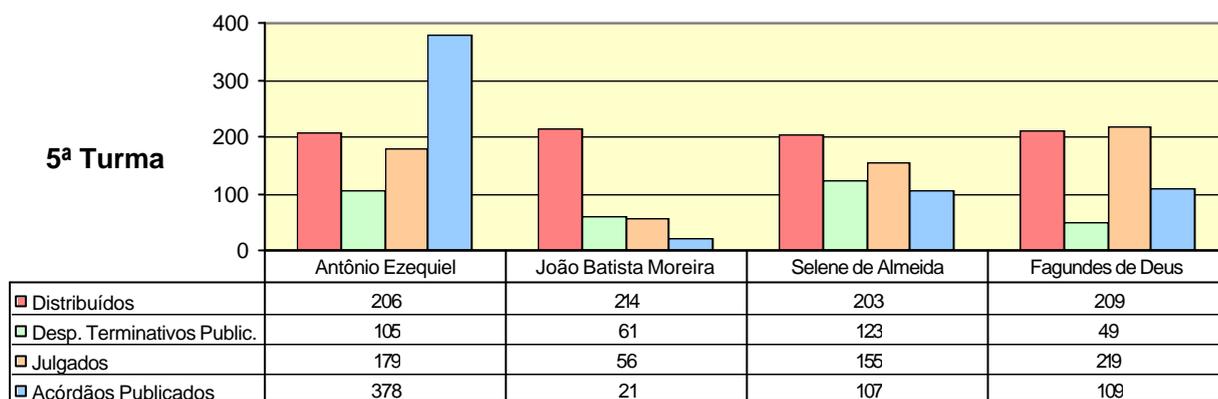
DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - AGOSTO/ 2003



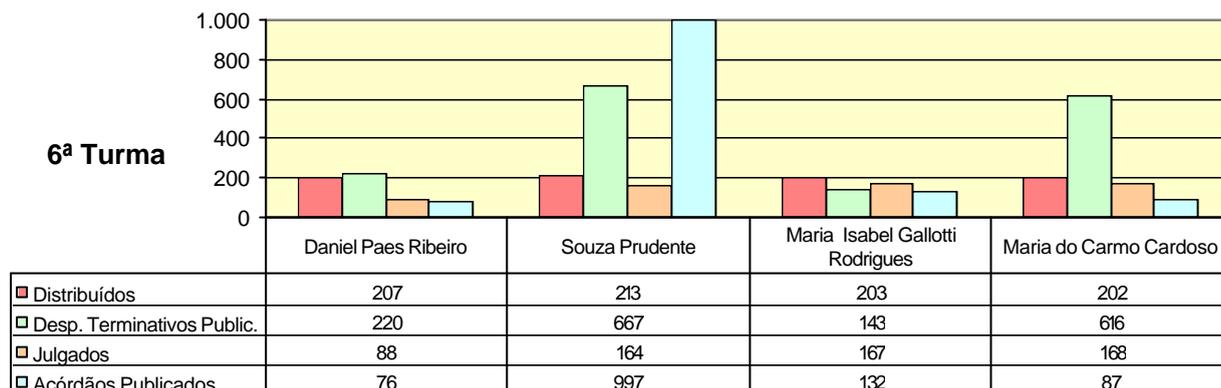
Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

### 5ª Turma



### 6ª Turma



## DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - AGOSTO/2003

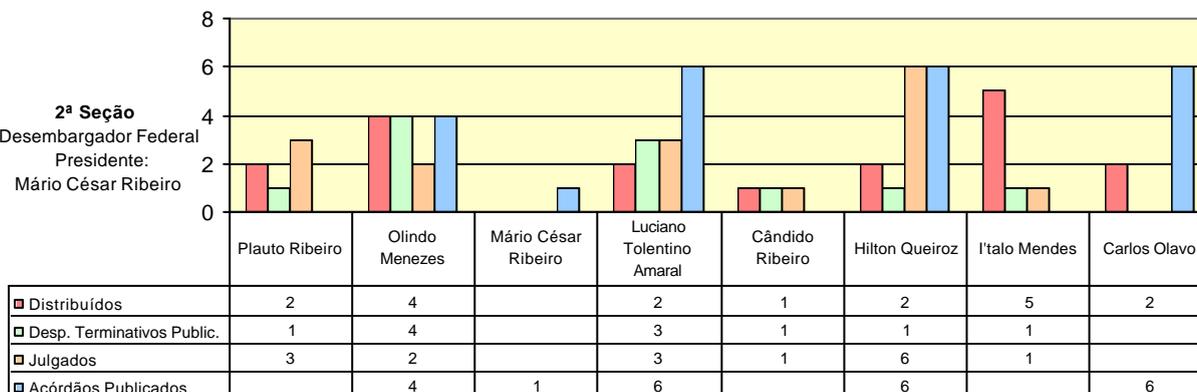
### 1ª Seção

Desembargador Federal  
Presidente: Jirair Aram  
Meguerian



### 2ª Seção

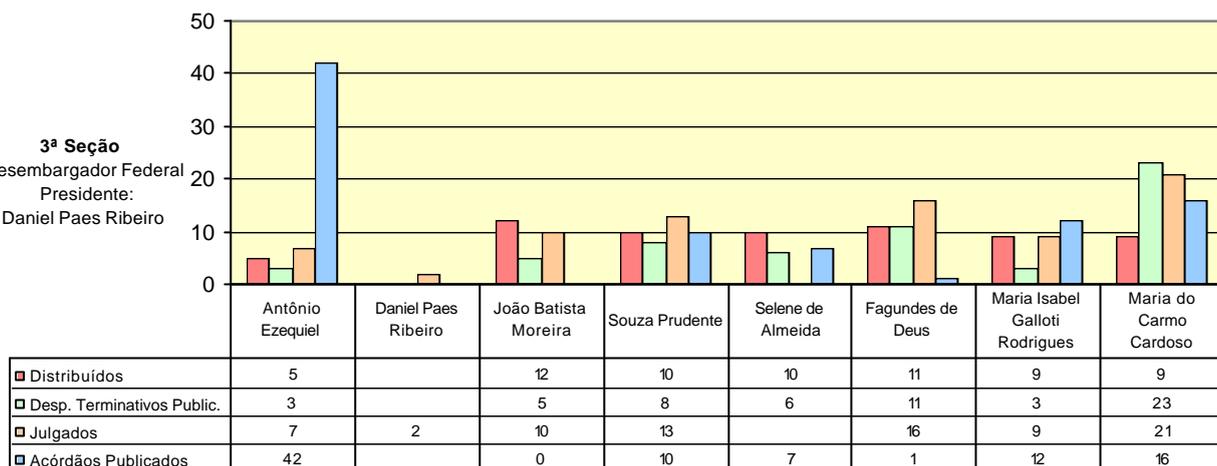
Desembargador Federal  
Presidente:  
Mário César Ribeiro



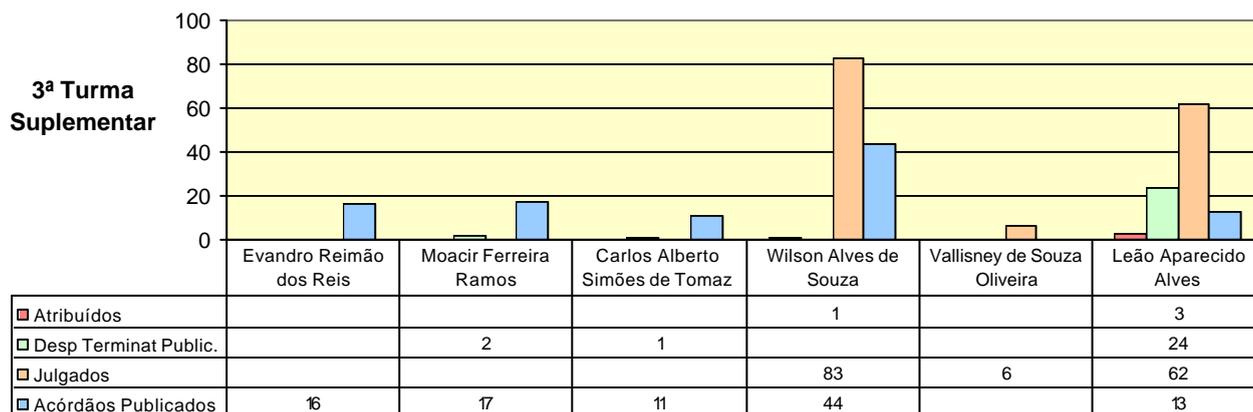
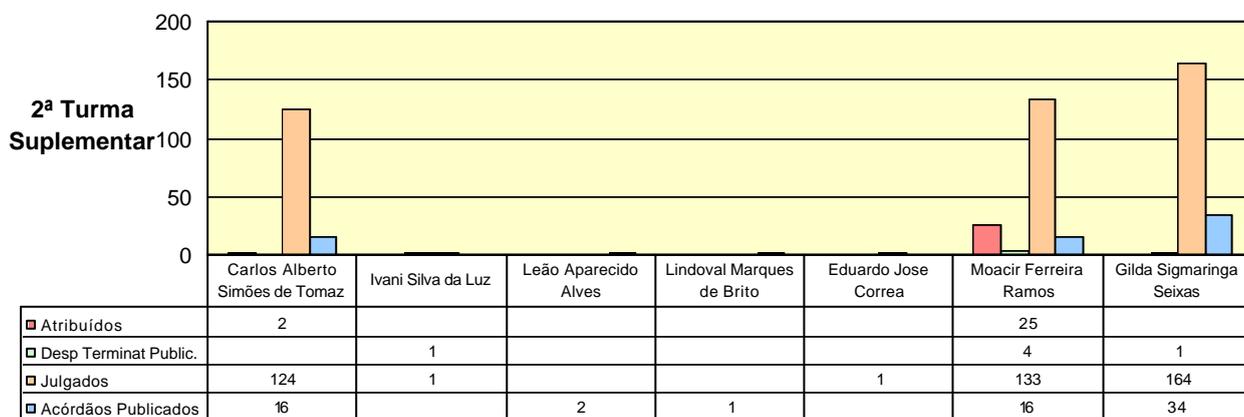
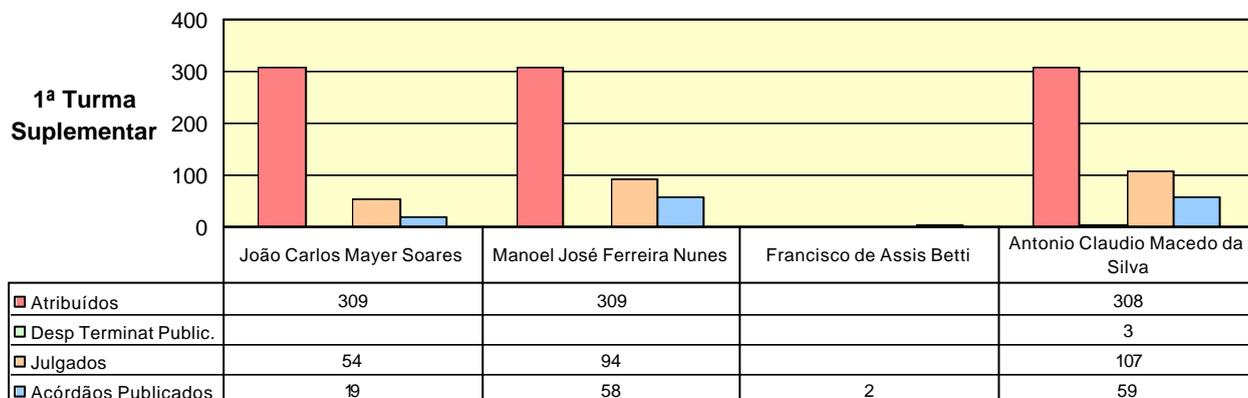
\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



**3ª Seção**  
Desembargador Federal  
Presidente:  
Daniel Paes Ribeiro



**DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - AGOSTO/2003**



Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

## ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - AGOSTO/2003

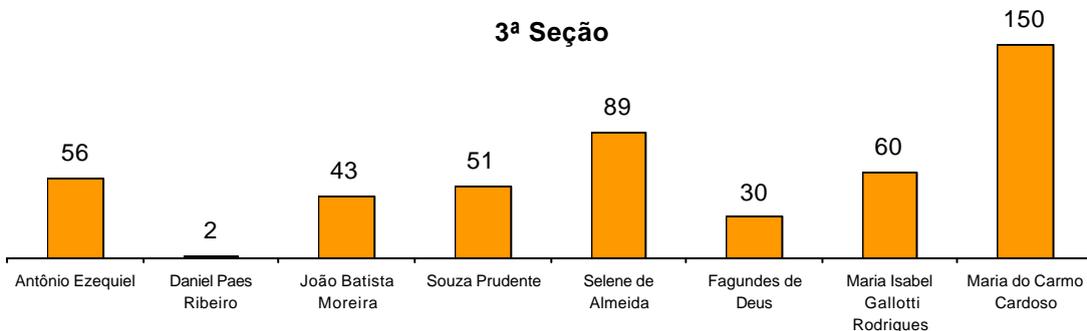
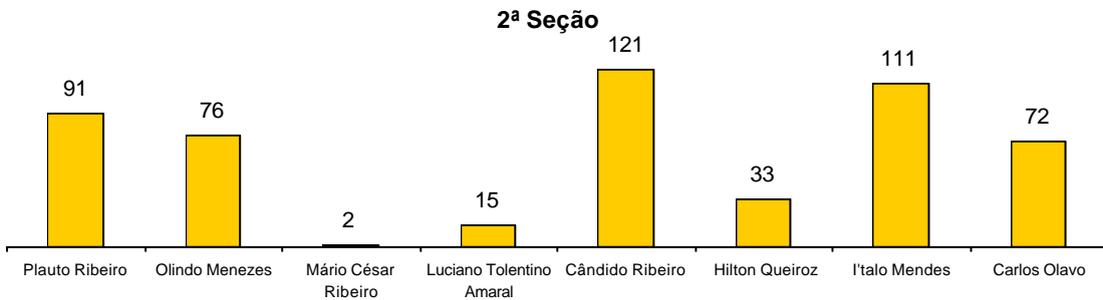
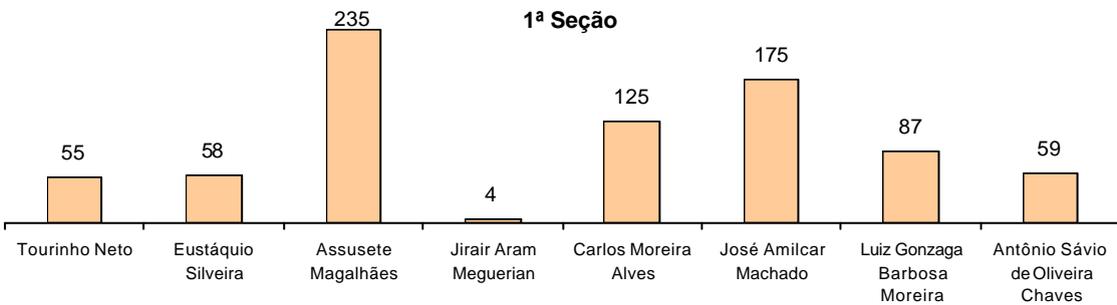
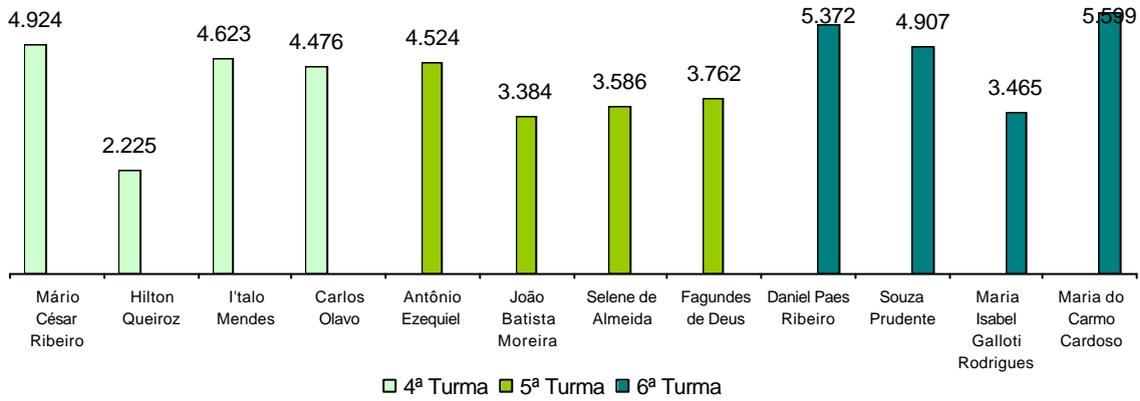
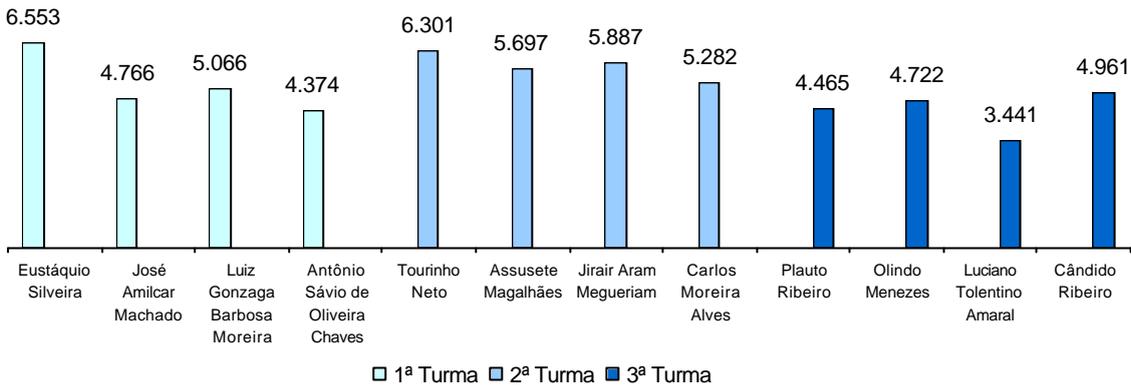
ESTATÍSTICA DOS JUÍZES CONVOCADOS - AGOSTO/2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS	6ª Turma			17
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	2ª Turma	9	205	101
	5ª Turma		1	9
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	2ª Turma		3	
	6ª Turma			2
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Seção		3	6
	1ª Turma	88	150	70
	2ª Turma		1	1
	2ª Seção			1
ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA	1ª Turma			1
IVANI SILVA DA LUZ	4ª Turma			3
JAMIL ROSA DE JESUS	4ª Turma			238
LEÃO APARECIDO ALVES	3ª Seção		2	21
	5ª Turma			10
LINDOVAL MARQUES DE BRITO	3ª Seção			
LOURIVAL GONÇALVES	4ª Turma			2
MARCUS VINICIUS BASTOS	3ª Seção		1	
REYNALDO SOARES DA FONSECA	3ª Seção			14
	5ª Turma	48		8
SAULO JOSÉ CASALI BAHIA	3ª Turma			1
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	3ª Seção		1	3
	5ª Turma			1
VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA	4ª Turma			5

## DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - AGOSTO/2003

DESEMBARGADORES FEDERAIS - AGOSTO 2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
PRESIDENTE	1ª Seção	1		
CARLOS FERNANDO MATHIAS	2ª Turma			1
ALOISIO PALMEIRA LIMA	1ª Turma			1
EUSTÁQUIO SILVEIRA	6ª Turma	1		
JIRAIR ARAM MEGUERIAN	3ª Turma			20
	4ª Turma			3
	6ª Turma	2		
HILTON QUEIROZ	3ª Turma			6
	3ª Seção	1		
ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA	3ª Turma	1		
JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA	3ª Turma			2
	4ª Turma			7
SOUZA PRUDENTE	5ª Turma	1		
	6ª Turma			6
SELENE MARIA DE ALMEIDA	4ª Turma		1	
ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES	1ª Turma	37		



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - AGOSTO/2003





# Bem-me-quer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

## Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

.....  
**Acre**

### **Ginástica para os servidores**

O PGQVT da Seção Judiciária do Acre, em parceria com a Associação dos Servidores-ASJUF, aderiu ao Programa "SESI Ginástica na Empresa", com aulas de exercícios físicos, como alongamento e exercícios de respiração, três vezes por semana, durante 15 minutos, antes do expediente. A novidade agradou aos servidores pelo clima de descontração, alegria e integração que os 15 minutinhos de ginástica leve propiciaram. A ação visa à diminuição do estresse, dos riscos de Ler/Dort, à conscientização do servidor da necessidade de praticar atividades físicas, bem como à integração e à melhoria do ambiente funcional. Após as aulas, são abordados, de forma sucinta, assuntos como nutrição, sedentarismo, gerenciamento do estresse e prevenção de doenças ocupacionais.

.....  
**Mato Grosso**

### **Dia dos Pais**



A Associação dos Servidores e a Comissão do PGQVT promoveram, no restaurante da Seccional, um almoço em homenagem aos pais. Na oportunidade, a Diretora da Secad, Andréa Maria Nobre Gonçalves, saudou os homenageados em nome dos demais colegas.

.....  
**DF**

### **Seção Judiciária lança Banco de Doadores de Sangue**

A Seção Judiciária do DF lançou no mês de agosto o Banco de Doadores de Sangue, cadastro informatizado, disponível na *intranet* e na *Internet*, na página [www.df.trf1.gov.br](http://www.df.trf1.gov.br) que contém nomes de magistrados, servidores, terceirizados e dependentes que se dispuseram a ser doadores voluntários ou repositores. O público externo também pode cadastrar-se no banco.

O banco foi desenvolvido pela Seção Judiciária de Minas Gerais, que, gentilmente, o cedeu ao Comitê de Qualidade de Vida e Trabalho da Seção Judiciária do DF. O Comitê do DF firmou parceria com o Hemocentro, que realizará a coleta de sangue nas instalações da Seccional. No mês de setembro, haverá sensibilização para adesão de voluntários que receberão treinamento pelo Hemocentro para as atividades de orientação aos doadores e agendamento das doações.

Em média, o banco tem recebido dois cadastros de doadores por dia.

Informações, pelo telefone 315.6306.



.....  
**Bahia**

### **Palestra sobre competência emocional lota auditório**

O auditório da Seção Judiciária da Bahia teve lotação completa durante a realização da palestra "Competência Emocional e Qualidade Humana", proferida pelo Dr. Mário Koziner, médico especialista em Dinâmica de Grupo e Psicologia Social, consultor em desenvolvimento humano e criador da Formação em Educação Emocional. O evento, promovido pelo Comitê do Programa de Qualidade de Vida, com o apoio da Direção do Foro e da Caixa Econômica Federal, foi encerrado com um *coffee break*.

## Juiz de Fora

### PGQVT de Juiz de Fora promove ação social, eventos de saúde e capacitação

Dando continuidade à iniciativa da Coordenação da Subseção Judiciária de Juiz de Fora e visando maior integração entre servidores, magistrados e a sociedade, foi realizado um debate sobre a Reforma da Previdência Social, no dia 14 de julho, tendo como debatedores o deputado federal Júlio Delgado e o Secretário-Geral da Associação dos Juizes Federais, Jorge Antônio Maurique.

Além disso, recentemente, foi criado na Subseção o comitê para executar os projetos de ação do PGQVT. Esse comitê foi desmembrado em três comissões, sendo elas de capacitação, saúde e social. O projeto da Feira de Saúde, já aprovado, acontecerá nos dias 5, 6 e 7 de novembro. No âmbito social ocorrerá a premiação dos servidores que mais se destacaram a critério dos próprios colegas. Este último evento contará com a premiação dos servidores mais votados, sendo escolhido um funcionário de cada vara e, também, um servidor do Setor Administrativo.

No projeto de capacitação está programada a realização de três cursos de atualização e aperfeiçoamento, além de uma palestra sobre “Interpretação da Lei e dos Negócios Jurídicos”, com o professor Paulo Nader. Além do curso de Português realizado em setembro, ministrado pela professora Márcia Carrano, houve a realização do curso sobre “Alterações no Processo Civil”, ministrado pelo professor Paulo Roberto de Gouvêa Medina. Para os meses de outubro e novembro estão programados os cursos sobre “Inovações do Código Civil”, com o Promotor de Justiça, Roger Silva Aguiar, e “Relações Humanas”, com um dos instrutores do Serviço Nacional da Indústria.

#### Membros do Comitê do PGQVT

Aginaldo Dias de Souza  
 Andréa Balsini Ghisi  
 Antônio Magnaldo Timo Leite  
 Cristine Caltabiano Neves Frauzinho  
 Conceição de Maria Pereira de Carvalho  
 Daniela Amorim Reis  
 Eliete dos Santos Teixeira  
 Etiene Gomes de Carvalho  
 Iracy Moreira Borges  
 José Carlos Viana

José Murilo Cruz Brito  
 Juliana B. Espíndola Moreira  
 Maria Angela Rocha Paes  
 Maria de Lourdes Montes  
 Maura Gomes de Carvalho  
 Nádia B. da Cruz Santana  
 Neslita Costa Silva  
 Roberta Costa Matos  
 Ruth Maria Cruz Vaz  
 Sérgio Faria L. da F. Neto

## TRF-1ª Região

### Nutricionista do Tribunal oferece palestra sobre alimentação infantil

No início de setembro, quem tem filho na idade pré-escolar pôde obter informações sobre a boa alimentação de crianças de um a seis anos de idade ao participar da palestra ministrada pela nutricionista do Tribunal, Cristine Coltabiano Frauzino, que se realizou no *hall* do Plenário do TRF-1ª Região. A palestrante ofereceu dicas de cardápios nutritivos que podem ser servidos a crianças nessa faixa etária, garantindo-lhes desenvolvimento adequado, além de eliminar algumas dúvidas dos participantes sobre o assunto.



### Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

Marque a única frase da qual **não** poderíamos eliminar o artigo definido existente antes do substantivo, extinguindo-se a crase, para emprestar a ele um valor de indeterminação:

- Os resultados foram obtidos devido à pesquisa de campo.
- Estamos trazendo benefícios à saúde dos índios.
- Sua competência é relativa à matéria criminal.
- O Desembargador Federal estava referindo-se à fundamentação inconsistente.
- Você irá cuidar de assuntos referentes à licença.

Resposta: b